

Desigualdades herdadas

O papel das competências, o emprego
e a riqueza nas oportunidades
das novas gerações

Sumário executivo



Título:

Desigualdades herdadas: O papel das competências, o emprego e a riqueza nas oportunidades das novas gerações

Sumário executivo

Depósito Legal: DC2023000177

ISBN: 978-980-422-295-5

Editor: CAF

publicaciones@caf.com

As ideias e abordagens contidas nesta edição são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não comprometem a posição oficial da CAF.

Design gráfico: Estudio Bilder / Buenos Aires

Impresso em: Panamericana Formas e Impresos S.A.
que atua apenas como impressora
Bogotá, Colômbia – Março 2023

A versão digital deste livro
está no site scioteca.caf.com

Copyright © 2022 Corporación Andina de Fomento. Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribución-No-Comercial-SinDerivar 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/by-nc-nd/4.0/>



Desigualdades herdadas: mobilidade intergeracional na América Latina e no Caribe

A América Latina e o Caribe é uma das regiões mais desiguais do mundo. Essa desigualdade não é apenas alta, mas até excessiva para o nível de desenvolvimento da região, sugerindo uma espécie de excepcionalidade latino-americana. Além disso, a desigualdade na região não é um fenômeno novo, mas suas origens remontam à época colonial. Apesar dos muitos avanços alcançados em diversos indicadores de desenvolvimento econômico e social nas últimas décadas, os níveis médios de desigualdade na região não mudaram de forma substancial ou sustentável e continuam sendo, além das nuances de cada país, uma característica das sociedades latino-americanas e caribenhas.

O Relatório de Economia e Desenvolvimento 2022 (RED 2022) expõe que a alta desigualdade na região tem raízes muito profundas, que a transformaram num fenômeno inercial. Como resultado dessa inércia, há uma forte persistência ao longo do tempo sobre quem são os indivíduos e as famílias mais e menos ricos ou favorecidos. Assim, o RED 2022 é focado em documentar e explicar a evolução da mobilidade intergeracional na região, considerando as múltiplas dimensões que determinam os níveis de bem-estar de pais e filhos. Para esse diagnóstico, o relatório adota uma perspectiva de longo prazo e estuda coortes nascidas a longo do século XX e início do século XXI. Com medições inovadoras, são analisadas a mobilidade educacional, ocupacional, de renda, saúde e riqueza. Também são fornecidas evidências originais que indicam que os laços intergeracionais na região podem ir além das duas gerações consecutivas formadas por pais e filhos e se estender a antepassados mais distantes.

Quanto às explicações do fenômeno da persistência intergeracional, o RED 2022 postula três canais centrais, todos intimamente relacionados com a desigualdade de oportunidades que impera na região. Esses canais levam em consideração as condições desiguais enfrentadas por pessoas de diferentes origens socioeconômicas familiares, que definem em grande parte suas oportunidades de formação de capital humano, acesso a empregos de qualidade e acumulação de ativos ao longo da vida.

A baixa mobilidade social é um grande problema para a América Latina e o Caribe. Não só por conta de suas consequências sobre a equidade, mas também devido a seu impacto em outros componentes centrais do desenvolvimento econômico, como o crescimento e a estabilidade político-institucional. A falta de mobilidade social tende a alterar os incentivos ao esforço e distorcer a formação e a alocação de talento humano, afetando, assim, os níveis de produtividade e crescimento. Além disso, a alta persistência intergeracional derivada da desigualdade de oportunidades pode corroer a confiança entre os cidadãos e nas instituições, minando não apenas as possibilidades de prover bens públicos, mas também a tolerância e o respeito mútuo que constituem a base da vida em democracia.

A América Latina e o Caribe, uma região muito desigual

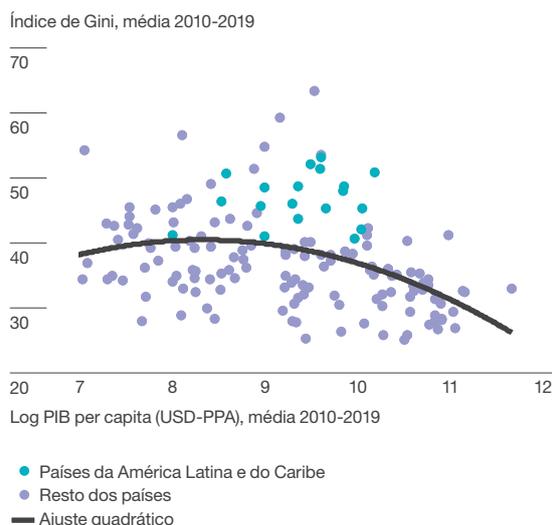
Os níveis de desigualdade na América Latina e no Caribe estão entre os mais altos do mundo. Isso é indicado, por exemplo, pelo índice de Gini, que mede a concentração na distribuição

de renda.¹ O painel A do gráfico 1 mostra, para o período 2010-2019, que esse indicador de desigualdade econômica assume valores muito elevados nos países da América Latina e do Caribe, inclusive superiores aos previstos para seus níveis de PIB per capita. Essa situação não é nova, pois, desde que se dispõe de medidas comparáveis entre os países, os países desta região aparecem sistematicamente entre os mais desiguais do mundo. O painel B do gráfico 1 mostra a evolução da média regional do índice de Gini. O acentuado aumento na desigualdade na década de 1990 foi seguido, durante a primeira década do século XXI, por uma notável queda da desigualdade na grande maioria dos países da região. As quedas em algumas delas foram muito grandes, não só em relação à história recente da América Latina e do Caribe, mas também em relação a outras regiões do mundo. Porém, a década de 2010 foi acompanhada por uma significativa desaceleração na queda da desigualdade e estagnação a partir de 2014. A crise associada à pandemia da COVID-19 agravou ainda mais esse cenário. Além disso, a desigualdade na América Latina e no Caribe não se restringe apenas à renda, mas também se manifesta sistematicamente em outras dimensões do bem-estar, como riqueza, educação, posse da terra e oportunidades de trabalho.

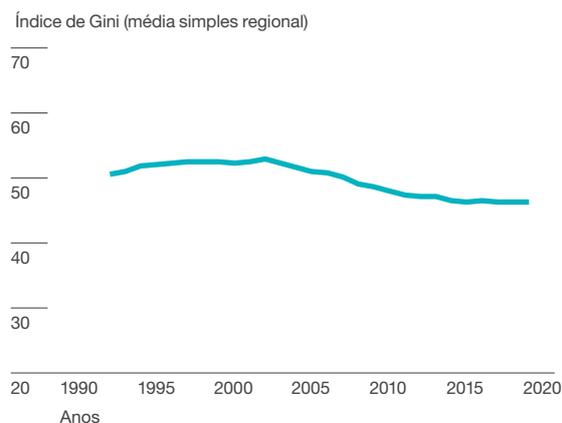
Gráfico 1

Desigualdade na distribuição de renda

Painel A. Relação entre a desigualdade e o nível de desenvolvimento medido pelo PIB per capita PPA



Painel B. Evolução do índice de Gini entre 1992 e 2019 para países da América Latina e do Caribe



Nota: O painel A mostra a relação entre o logaritmo do PIB per capita dos países e uma medida de desigualdade de renda (índice de Gini). Para medir o PIB toma-se em conta o PIB per capita em dólares, com base na paridade do poder de compra (USD-PPA), da média do período 2010-2019. Para medir a desigualdade da renda, calcula-se a média do índice de Gini de distribuição de renda para o mesmo período (ou para os anos com informação disponível compreendidos no período mencionado). Apresenta-se, ainda, uma linha de ajuste quadrático estimada por mínimos quadrados ordinários (MCO). O grupo de países da América Latina e do Caribe inclui Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Haiti, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia e Uruguai. O índice de Gini e o PIB per capita foram obtidos do World Development Indicators do Banco Mundial (2022). O painel B mostra a média simples dos valores do índice de Gini de renda familiar per capita em 15 países da América Latina e do Caribe, de 1992 a 2019, medidos pela SEDLAC. Na média estão incluídos os mesmos países do painel A, exceto Guatemala, Haiti, Nicarágua e Santa Lúcia.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2022a) e da SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial, 2021).

1. Todas as fontes bibliográficas e de dados mencionados neste sumário, e utilizados na elaboração do relatório, podem ser consultadas no documento principal.

A desigualdade tem várias origens, algumas que podem ser consideradas “aceitáveis” e outras “inaceitáveis”. Quase todos os membros das sociedades modernas condenam as origens inaceitáveis e as associam a ideia de injustiça. É uma desigualdade que tem origem na desigualdade de oportunidades, em situações de discriminação ou privilégio ou em mecanismos de corrupção que fazem com que determinados grupos enfrentem, mesmo antes do nascimento e ao longo da vida, muitas barreiras ao seu desenvolvimento individual, enquanto outros são sistematicamente beneficiados. Pelo contrário, a desigualdade originada em fontes aceitáveis está relacionada a diferenças de bem-estar que surgem, por exemplo, de diferentes níveis de esforço, e é menos contrária à equidade social. Por isso, esse tipo de desigualdade não só é mais tolerado, como também é considerado desejável, uma vez que recompensas pelo esforço implicam incentivos para produzir maiores níveis de bem-estar individual e coletivo.

Na América Latina e no Caribe existem certas regularidades empíricas que mostram que, tanto hoje como há décadas e talvez séculos, as fontes inaceitáveis de desigualdade são muito importantes. Por exemplo, há grupos populacionais sistematicamente super-representados na cauda inferior da distribuição de renda, como os afrodescendentes e os indígenas. Esses grupos compreendem setores importantes da população, pois se trata de uma região de grande diversidade étnica: apenas cerca de um terço da população (35%) se autodenomina branca, enquanto 35% se declara mestiça, 23% afrodescendente, 5% indígena e 3% dizem pertencer a outro grupo étnico ou racial. As desigualdades na região também têm uma dimensão espacial. Certas áreas dentro dos países sofrem há décadas com privações de todos os tipos, que colocam a maioria de sua população em situação de pobreza. Por fim, o gênero também tem sido um fator importante para o progresso material das mulheres e dos grupos LGTQIB+ na região. Adicionalmente, e de forma crucial para o tema central deste relatório, as desvantagens sistemáticas sofridas pelos nascidos em famílias desfavorecidas implicam baixas possibilidades de progressão social. É aí que o conceito de desigualdade se relaciona de forma aguda e preocupante com a ideia de imobilidade intergeracional causada pela falta de igualdade de oportunidades na região.

Definições e medidas-chave para o diagnóstico da mobilidade intergeracional na região

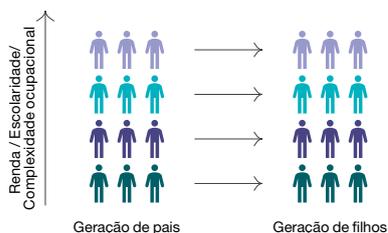
A mobilidade intergeracional pode ser abordada a partir de diferentes perspectivas e caracterizada por diversas medidas. O RED 2022 apresenta uma variedade dessas medidas com o objetivo de completar um diagnóstico que responda a questões como: quão persistente é o nível de bem-estar dos indivíduos de uma geração em relação ao de seus pais? As pessoas desfrutam de maior bem-estar do que seus pais? Como é a mobilidade intergeracional nas diferentes partes da distribuição, particularmente para aquelas pessoas que se situam nos extremos, ou seja, os mais favorecidos e os mais desfavorecidos da sociedade? Por trás dessas questões estão dois conceitos centrais: a mobilidade intergeracional ascendente absoluta e a relativa. A mobilidade absoluta refere-se à comparação do bem-estar alcançado pelos filhos em relação aos pais. Movimentos ascendentes indicam que os filhos são capazes de alcançar maiores níveis de bem-estar do que seus pais. Em vez disso, a mobilidade intergeracional relativa compreende medidas do grau de independência do status social do filho relativamente aos pais e outras que se referem a mudanças na posição ou no *ranking* que pais e filhos ocupam dentro de uma ordem social definida por uma métrica de bem-estar dentro da geração correspondente a cada um. A figura 1 ilustra alguns exemplos que descrevem as duas noções de mobilidade que são centrais neste relatório. Enquanto o eixo vertical representa diferentes

dimensões do bem-estar individual (renda, educação, nível de complexidade das ocupações), o eixo horizontal representa a passagem do tempo entre duas gerações adjacentes ou consecutivas.

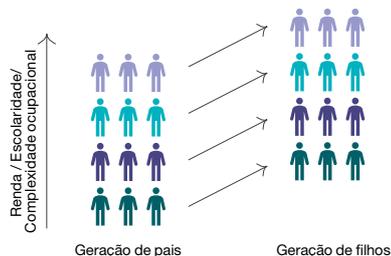
Figura 1

Possíveis cenários de mobilidade absoluta e relativa

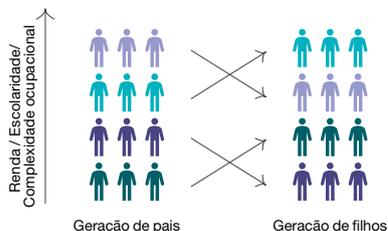
Cenário 1: Mobilidade relativa zero com mobilidade absoluta zero



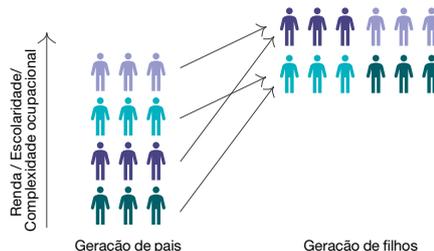
Cenário 2: Mobilidade relativa zero com mobilidade absoluta ascendente



Cenário 3: Mobilidade relativa com mobilidade absoluta ascendente e descendente



Cenário 4: Mobilidade relativa com mobilidade absoluta



Fonte: Elaboração própria.

Para medir a mobilidade absoluta numa dimensão específica do bem-estar, como o nível educacional completo, pode-se considerar a proporção de filhos que atingem um nível educacional superior ao alcançado pelos pais. Outra alternativa, também para o caso da educação, consiste em estimar a probabilidade de os filhos completarem determinado nível educacional mínimo condicionado ao nível educacional de seus pais. Por exemplo, uma medida de mobilidade ascendente absoluta é a fração de filhos com pais que não concluíram o ensino médio que atingem esse nível. Para a mobilidade relativa, as medidas mais utilizadas são as que resumem a associação entre os níveis de bem-estar de pais e filhos. Esses indicadores são, por exemplo, o coeficiente de persistência intergeracional, de correlação e *rank-rank*. Enquanto as duas primeiras dessas medidas são formas alternativas de quantificar a associação estatística entre os níveis de bem-estar de pais e filhos, o coeficiente *rank-rank* resume a associação estatística entre a posição dentro de uma distribuição (por exemplo, em termos de percentil) ocupada pelos pais e a ocupada pelos filhos em suas respectivas gerações. Esses três coeficientes que medem a mobilidade relativa assumem valores maiores quanto maior for a persistência do bem-estar entre gerações, ou seja, quanto mais imóvel for a sociedade.

A quantificação da mobilidade absoluta e relativa exige o enfrentamento de diversos desafios, tanto metodológicos quanto da disponibilidade das informações necessárias para a medição (por exemplo, as bases de dados devem vincular pelo menos duas gerações). Esses desafios tornam muito importante entender o alcance, possibilidades e limitações das diferentes fontes disponíveis para medir bem a mobilidade intergeracional, particularmente numa região em desenvolvimento como a América Latina e o Caribe. O capítulo 2 do RED 2022 faz um esforço singular para ordenar as medições disponíveis para a região e fornecer novas medidas de mobilidade para diferentes dimensões do bem-estar, como educação, saúde, renda, ocupações e riqueza. Algumas dessas métricas utilizam dados existentes (como os censos de população e habitação dos países) e outras se baseiam em dados especialmente gerados no contexto do RED 2022, como é o caso da Pesquisa CAF (ECAAF) 2021. Esta pesquisa abrangeu 10.000 residências em dez grandes cidades de dez países da região e foi realizada entre os meses de dezembro de 2021 e fevereiro de 2022.²

Os desafios da medição da mobilidade intergeracional multiplicam-se quando se consideram as várias vertentes do bem-estar que este relatório pretende analisar. A educação é uma das menos desafiadoras para quantificar a persistência ou a mobilidade intergeracional. A mobilidade educacional, pela sua forte conexão com muitas outras facetas do bem-estar das pessoas e pela ampla disponibilidade de medições para outras regiões que facilitam a comparação internacional, tem um papel central nas diferentes análises que este relatório apresenta.

Um diagnóstico da mobilidade intergeracional na América Latina e no Caribe

Mobilidade educacional na região

O estudo da mobilidade educacional na América Latina e no Caribe não pode ignorar os grandes avanços alcançados em termos de cobertura durante o século XX e especialmente nas últimas décadas (painel A do gráfico 2). Certamente, a expansão da quantidade de alunos que frequentam as instituições de ensino impulsionou os níveis de mobilidade ascendente absoluta. No entanto, essa expansão educacional teve características especiais que enfraqueceram seu impacto na mobilidade relativa. Em particular, grande parte da expansão educacional que beneficiou crianças e jovens de famílias desfavorecidas ocorreu nos níveis educacionais mais baixos (principalmente no ensino fundamental, e, em menor medida, no ensino médio), enquanto nos níveis educacionais mais altos, em particular no ensino superior, foi mais concentrada em jovens de famílias de nível socioeconômico médio e alto. Essas diferenças por nível socioeconômico se manifestam nas maiores taxas de crescimento anual da proporção de jovens matriculados no ensino superior para os decis superiores da distribuição de renda (painel B do gráfico 2).

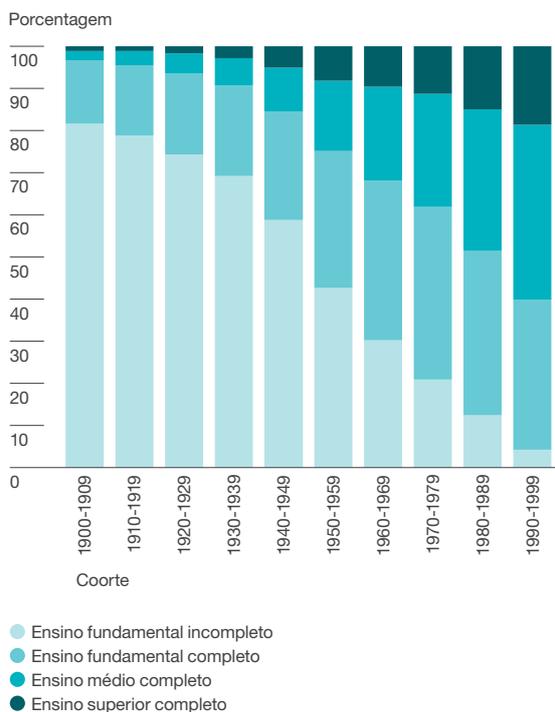
2. A Pesquisa CAF 2021 foi realizada em: Assunção, Bogotá, Buenos Aires, Cidade do México, La Paz, Lima, Montevideu, Panamá, Quito e São Paulo

Assim, o sucesso da região em alcançar uma cobertura quase universal no ensino fundamental contrasta com o avanço em outros níveis. O aumento das matrículas no ensino fundamental manteve-se ao longo do século XX, mas acelerou-se a partir da década de 1940. Enquanto cerca de 80% das pessoas nascidas nas primeiras décadas do século XX não concluíram o ensino fundamental, esse percentual caiu para apenas 5% entre os nascidos no final do século. Por outro lado, o percentual de nascidos na década de 1990 que não conseguiram concluir o ensino médio chega a 50%, deixando ainda muito distante o objetivo de universalização nesse nível. Finalmente, embora o aumento na cobertura do ensino superior, especialmente universitário, tenha sido considerável em alguns países, o crescimento médio da matrícula nesse nível foi moderado (com taxas anuais de 0,7%), de modo que o percentual de população com esse nível educacional é ainda baixo na maioria dos países da região.

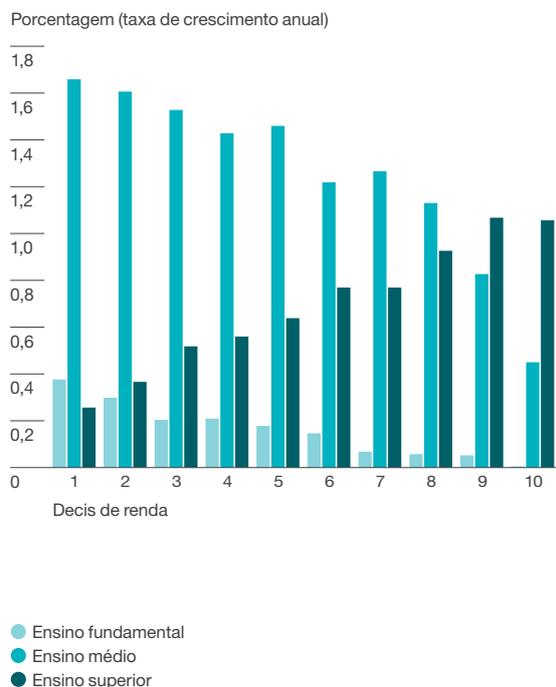
Gráfico 2

Expansão educacional na América Latina e no Caribe

Painel A. Máximo nível educacional alcançado pelos nascidos entre 1900 e 2000



Painel B. Taxa de crescimento anual da proporção de jovens matriculados no ensino fundamental, médio e superior, por decil de renda, para o período 1992-2019



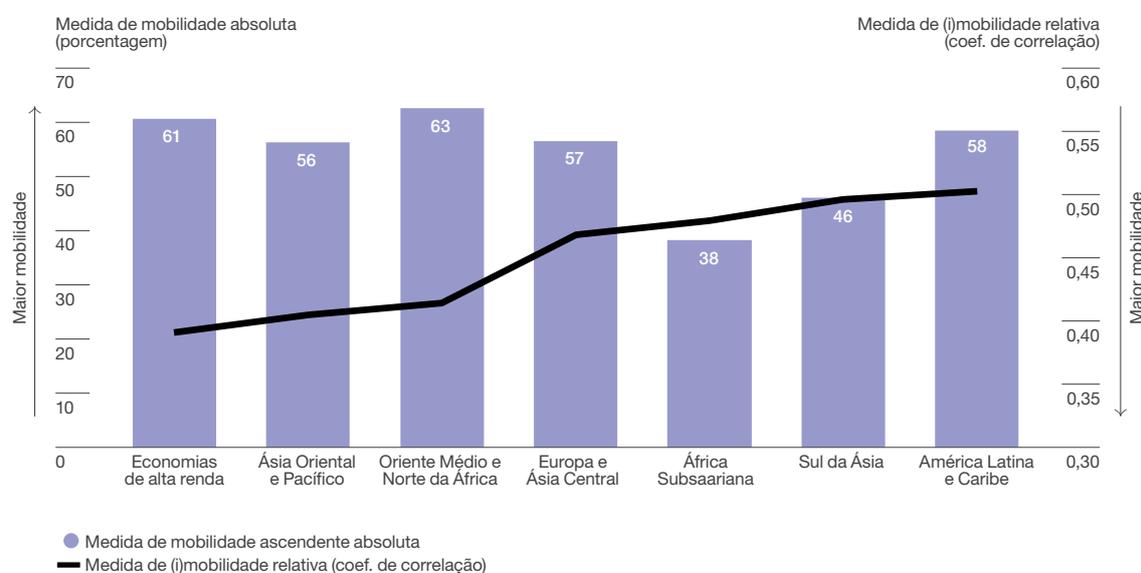
Nota: O painel A mostra a distribuição da população de 22 países da América Latina e do Caribe segundo o nível educacional mais alto alcançado pelas coortes nascidas entre 1900 e 2000 (média ponderada por população). Para a lista dos países incluídos e outros detalhes das informações utilizadas neste painel, consultar o apêndice do capítulo 1 do RED 2022. O painel B apresenta valores médios da taxa de crescimento anualizada da escolaridade nos três níveis de ensino para o período de 1992 a 2019, a partir de dados de pesquisas domiciliares processadas pela SEDLAC. A taxa de escolaridade é definida como a proporção de indivíduos matriculados no nível correspondente à sua idade. Os países incluídos nas médias são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

Fonte: Elaboração própria com base na IPUMS (2020) e na SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial, 2021).

O gráfico 3 compara o desempenho da América Latina e do Caribe com o de outras regiões do mundo utilizando uma métrica de mobilidade absoluta e uma métrica de mobilidade relativa para pessoas que em 2022 têm entre 33 e 42 anos (nascidas na década de 1980). A métrica de mobilidade ascendente absoluta reflete a porcentagem de pessoas que conseguiram superar o nível educacional dos pais (ou igualar se seus pais tivessem atingido o nível educacional mais alto). Ali se verifica que a região apresenta altos valores de mobilidade absoluta superados apenas pelas economias de alta renda e pelo Oriente Médio e Norte da África. Isso contrasta com a situação da região de acordo com a medida de mobilidade relativa, cujo valor a coloca entre as piores do mundo.

Gráfico 3

Medidas de mobilidade ascendente absoluta e de (i) mobilidade relativa na educação para a coorte de nascidos entre 1980 e 1989



Nota: As medidas de mobilidade correspondem a médias regionais simples. A América Latina e o Caribe abrangem 16 países. A medida de mobilidade ascendente absoluta mostra a porcentagem de filhos que atingem um nível educacional superior ao dos pais ou um nível semelhante se os pais atingiram a categoria educacional mais elevada (superior). A medida de (i) mobilidade relativa apresentada no gráfico é o coeficiente de correlação de Pearson entre os anos de escolaridade dos filhos e dos pais. Valores mais elevados deste coeficiente refletem uma maior persistência intergeracional nos anos de escolaridade de pais e filhos. As regiões são ordenadas de acordo com a métrica de mobilidade relativa.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da GDIM (2018).

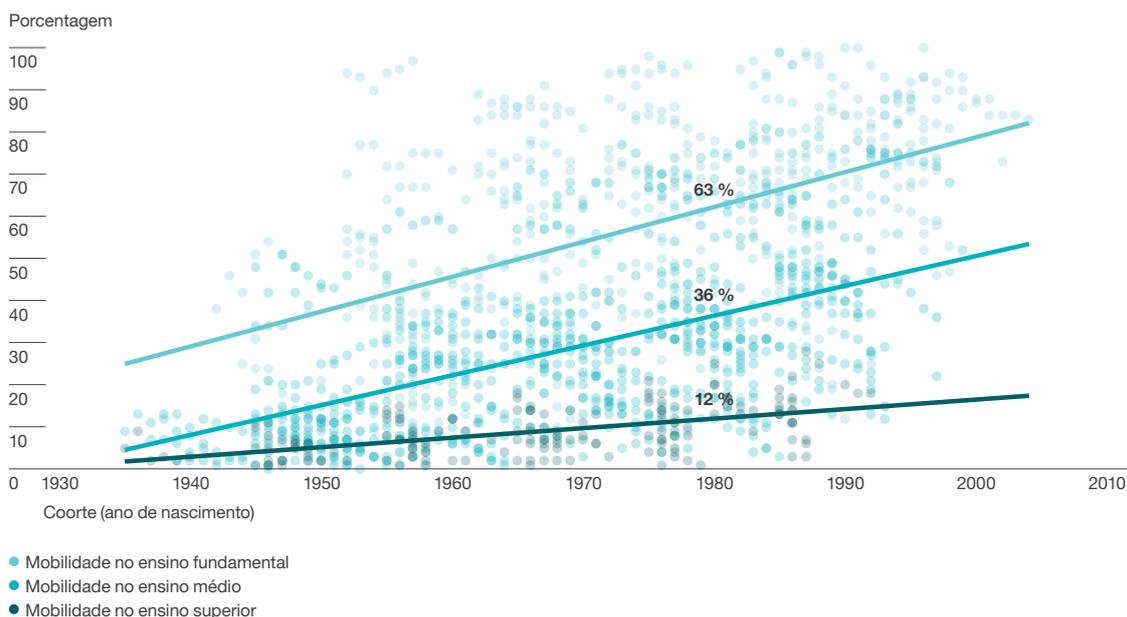
Esse contraste entre as notícias aparentemente boas em termos de mobilidade absoluta e notícias não tão boas em mobilidade relativa também é observado ao longo do tempo. A América Latina e o Caribe é uma das regiões que apresentou maiores aumentos na mobilidade absoluta para as coortes nascidas entre 1940 e 1980, pois conseguiu dobrar o percentual de filhos que ultrapassaram o nível educacional de seus pais nesse período. Pelo contrário, a região tinha os níveis mais altos de imobilidade relativa do mundo para os nascidos na década de 1940, e continua assim para as coortes mais jovens, apesar da expansão educacional que se seguiu. Assim, a imobilidade relativa ou a persistência educacional foram muito pouco reduzidas nas últimas décadas.

A mobilidade absoluta na região apresenta nuances importantes quando se considera o maior nível educacional alcançado pelos filhos. Assim, o gráfico 4 apresenta diferentes medições de mobilidade absoluta considerando: i) a probabilidade de os filhos cujos pais não concluíram o ensino fundamental o concluírem (mobilidade absoluta no ensino fundamental), ii) a probabilidade de os filhos de pais que não concluíram o ensino médio o concluírem (mobilidade absoluta no ensino médio); e iii) a probabilidade de os filhos de pais que não concluíram o ensino superior o concluírem (mobilidade absoluta no ensino universitário).

Em média para a região, esses três indicadores diferem em seus níveis e tendências ao longo do tempo. Enquanto a proporção de filhos que conseguem concluir o ensino fundamental quando seus pais não o concluíram girava em torno de 63 % para os nascidos na década de 1980 e continuou crescendo, a proporção de filhos que conseguem concluir o ensino médio mesmo que seus pais não tenham concluído foi de 36 %. As diferenças entre esses indicadores ainda não foram fechadas nas coortes mais jovens. Por sua vez, a proporção de filhos que consegue concluir os estudos universitários enquanto os pais não os concluíram é ainda mais baixa: para os nascidos na década de 1980 era de cerca de 12 % e pouco cresceu desde então. Assim, esses resultados mostram que os altos níveis de mobilidade ascendente na região observados no gráfico 3 são fortemente impulsionados pela expansão do ensino fundamental, mas limitados pelo escasso avanço nos níveis mais altos. Além disso, as estimativas apresentadas no RED 2022 indicam que a probabilidade de conclusão do ensino superior é maior e tem crescido mais rapidamente para os filhos de pais com título universitário do que para os filhos de pais com média ou baixa escolaridade. Por esses motivos, a mobilidade relativa não mudou substancialmente na região.

Gráfico 4

Mobilidade ascendente absoluta no ensino fundamental, médio e superior para as coortes nascidas entre 1930 y 2010



Nota: Cada ponto representa, para cada país e ano de nascimento do filho, a mobilidade educacional ascendente nos níveis fundamental, médio e superior, medida como a proporção de indivíduos que concluem cada um desses níveis e cujos pais não concluíram o respectivo nível educacional. Para o cálculo da mobilidade no nível superior, a amostra se restringe às principais cidades de cada país. As linhas sólidas representam a média para a América Latina e o Caribe de cada indicador, calculada com um ajuste linear. São cobertos 22 países da América Latina e do Caribe. Para mais detalhes sobre o cálculo desses indicadores de mobilidade absoluta, consultar o apêndice do capítulo 2 do RED 2022.

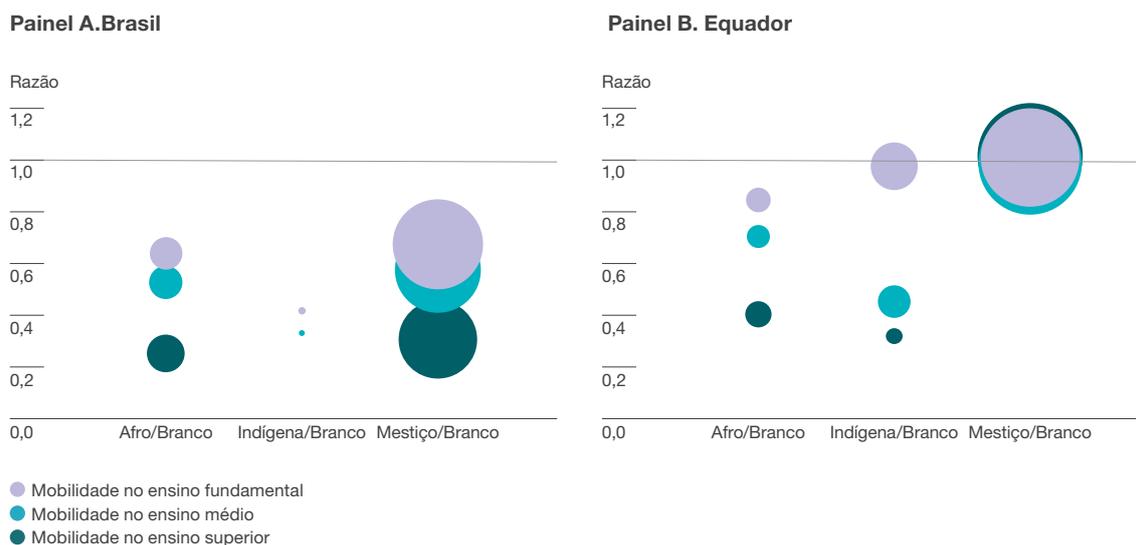
Fonte: Elaboração própria com base na IPUMS (2020).

A evolução das métricas de mobilidade absoluta nos três níveis de ensino que mostra o gráfico 4 não ocorreu de forma homogênea entre países ou entre diferentes grupos populacionais de um mesmo país. Isso acontece não apenas entre grupos definidos pelo nível educacional dos pais, mas também por outras características como gênero, etnia e área de residência. Por exemplo, entre 1930 e 2000 abriu-se uma lacuna na mobilidade educacional ascendente em favor das mulheres, especialmente no ensino médio e no ensino superior. Esse resultado é consistente com o notável avanço educacional das mulheres que vem sendo observado na região há mais de quatro décadas.

O relatório também fornece novas evidências sobre os principais obstáculos enfrentados por certos grupos étnicos (como os afrodescendentes e indígenas) para alcançar maior mobilidade ascendente. Esses resultados estão refletidos no gráfico 5, que mostra para dois países da região (Brasil e Equador) a quociente entre as medidas de mobilidade ascendente absoluta de três grupos étnicos (afro-americanos, indígenas e mestiços) e as da população branca. Valores abaixo de um refletem menor mobilidade de cada grupo étnico em relação aos brancos. Um aspecto muito evidente nesses resultados é a ampliação das lacunas de mobilidade ascendente a medida que os níveis educacionais avançam, o que implica um atraso que se agrava ao longo da vida das pessoas que compõem esses grupos étnicos. No caso do Brasil, observa-se também que as defasagens para os afrodescendentes e mestiços são de magnitudes semelhantes e aumentam nas possibilidades de mobilidade no ensino superior em relação aos outros dois níveis. No caso do Equador, os afrodescendentes também têm uma mobilidade educacional consideravelmente menor que a dos brancos, especialmente nos níveis superiores, mas os indígenas apresentam uma mobilidade educacional no ensino médio e superior ainda menor do que os afrodescendentes. Por outro lado, a mobilidade educacional do grupo reconhecido como mestiço naquele país é comparável à da população branca.

Gráfico 5

Lacunas de mobilidade educacional ascendente absoluta de grupos étnicos em relação à população branca no Brasil e no Equador



Nota: O centro de cada bolha representa o quociente entre a medida de mobilidade educacional absoluta de cada grupo étnico em relação à população branca. O tamanho da bolha reflete a participação de cada grupo na população total da coorte. Os painéis A e B apresentam dados para as coortes dos nascidos nas décadas de 1960-1990 no Brasil e 1980-1990 no Equador. Para mais detalhes sobre o cálculo dos indicadores de mobilidade absoluta consultar o apêndice do capítulo 2 do RED 2022.

Fonte: Elaboração própria com base na IPUMS (2020).

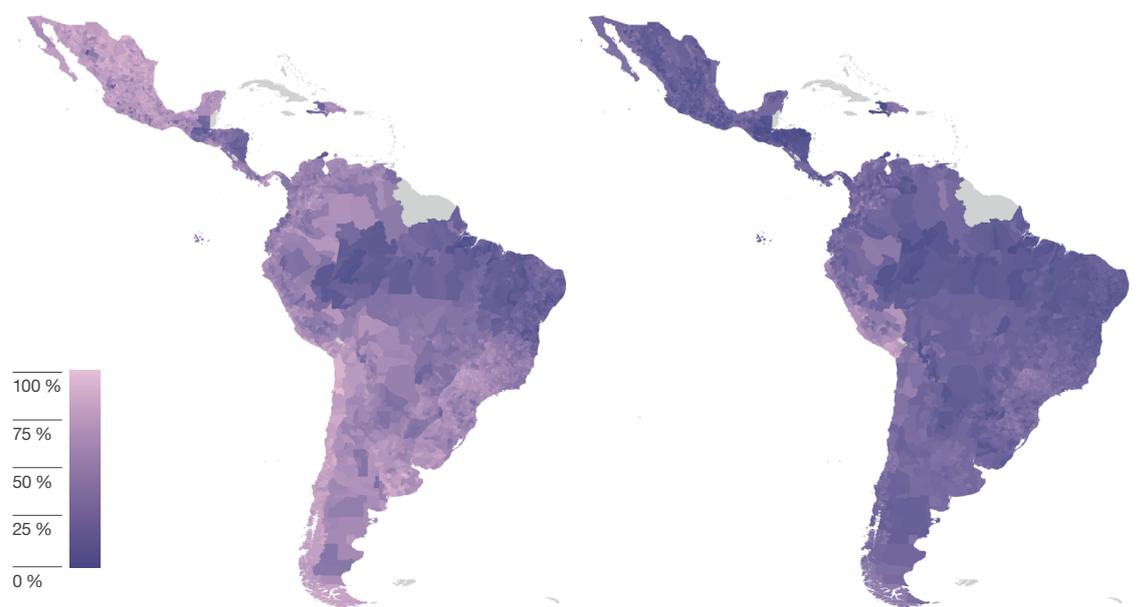
A localização geográfica também é um aspecto central que define as possibilidades de mobilidade ascendente na região. Os residentes em áreas rurais e em cidades menores (por número de habitantes) apresentam níveis de mobilidade ascendente mais baixos do que o resto da população. O relatório explora com mais precisão as diferenças de mobilidade ascendente em pequenas áreas geográficas dentro dos países (geralmente municípios ou departamentos). Em todos os países existe uma grande heterogeneidade nos níveis de mobilidade, sugerindo que os fatores locais condicionam em grande parte as oportunidades individuais de progredir em termos educacionais (gráfico 6). Por sua vez, a dispersão regional nas medidas de mobilidade absoluta no ensino fundamental foi significativamente reduzida ao longo do tempo, em consonância com a universalização da cobertura desse nível educacional. Essa convergência não parece estar ocorrendo na mobilidade absoluta do ensino médio. Este fenômeno explicaria um grau crescente de assimetria de oportunidades em diferentes regiões, apesar da expansão (moderada) da cobertura do ensino médio experimentada nos países da região.

Gráfico 6

Mobilidade educacional ascendente absoluta em pequenas áreas geográficas da América Latina e do Caribe

Painel A. Mobilidade absoluta no ensino fundamental

Painel B. Mobilidade absoluta no ensino médio



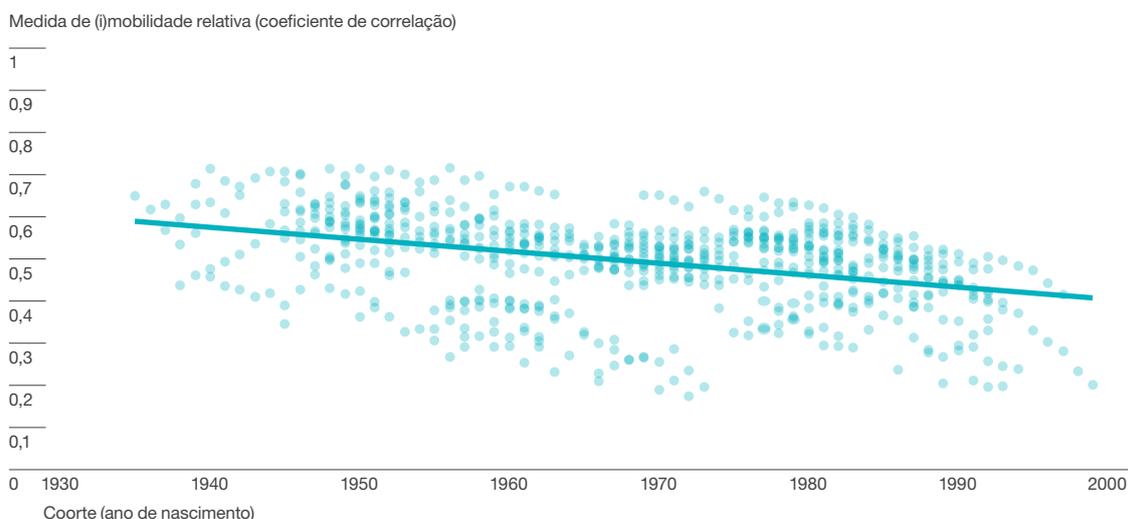
Nota: Os painéis A e B apresentam os valores do índice de mobilidade absoluta para o ensino fundamental e médio, respectivamente, calculados no nível de governos subnacionais (normalmente municipal ou análogo) para a coorte de 1980-1989. Jamaica, Porto Rico e Trinidad e Tobago não estão incluídos porque os respectivos censos não possuem informações harmonizadas para pequenas áreas geográficas. No painel A, os dados da República Dominicana correspondem à coorte de 1990-1999, pois não há dados da coorte de 1980.

Fonte: Elaboração própria com base na IPUMS (2020).

Como mencionado anteriormente, os avanços na região em termos de mobilidade relativa foram poucos e os níveis de persistência intergeracional nos anos de escolaridade de pais e filhos permaneceram muito altos (gráfico 7). Os dados gerados para o relatório também mostram que as lacunas de mobilidade entre homens e mulheres e entre cidades maiores e menores que foram observadas considerando as métricas de mobilidade absoluta, não estão presentes quando se analisa a mobilidade relativa. Assim, embora as mulheres tenham experimentado maior mobilidade ascendente do que os homens, isso não foi suficiente para reduzir as medidas de persistência intergeracional nos anos de escolaridade desse grupo. Os resultados também não são conclusivos quanto ao fato de os grandes centros urbanos se destacarem por apresentarem maiores níveis de mobilidade relativa do que as cidades de menor porte populacional.

Gráfico 7

Persistência intergeracional nos anos de escolaridade na América Latina e no Caribe para as coortes nascidas entre 1930 y 2000



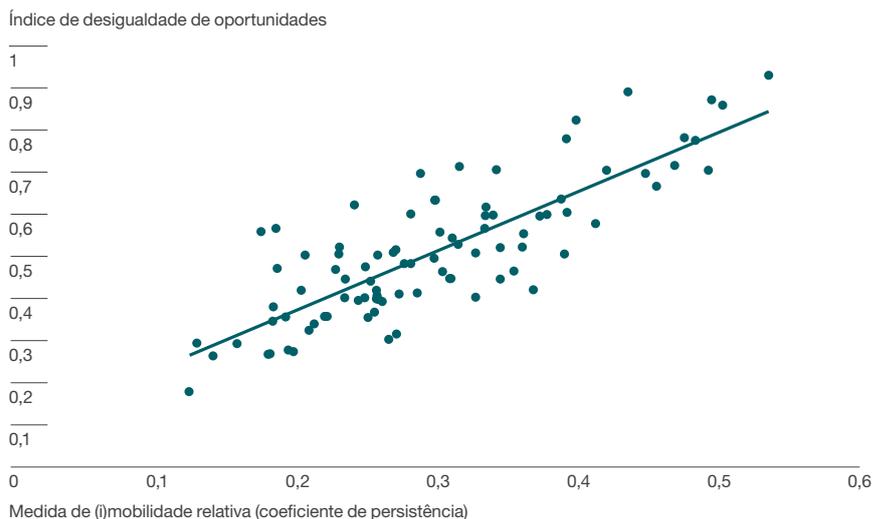
Nota: Cada ponto representa, para cada país e ano de nascimento do filho, o valor do índice de mobilidade relativa (coeficiente de correlação). A linha sólida representa a média para a América Latina e o Caribe, calculada com um ajuste linear. São cobertos 22 países da região. Para mais detalhes sobre o cálculo deste indicador, consultar o apêndice do capítulo 2 do RED 2022.

Fuente: Elaboração própria com base na IPUMS (2020).

Valores altos de persistência intergeracional, como os documentados no RED 2022, costumam ser interpretados como uma manifestação do grau de desigualdade de oportunidades enfrentado por pessoas de diferentes contextos socioeconômicos familiares. O gráfico 8 mostra que, de fato, existe uma estreita relação entre as medidas de persistência intergeracional em anos de escolaridade e aquelas que se aproximam da desigualdade de oportunidades educacionais. Estas últimas medem a parcela de desigualdade em anos de escolaridade que é explicada pelas circunstâncias fora do controle dos filhos. Além disso, o relatório mostra que os indicadores de desigualdade de oportunidades educacionais na região tiveram apenas melhorias moderadas ao longo do século XX e início do século XXI, em consonância com a evolução das medidas de mobilidade relativa.

Gráfico 8

Correlação entre o coeficiente de persistência intergeracional em anos de escolaridade e o índice de desigualdade de oportunidades na educação



Nota: Cada ponto representa o valor do coeficiente de persistência (eixo horizontal) e o valor do índice de desigualdade de oportunidades (eixo vertical) para um país e coorte de nascimento (década) específica. São abrangidas as coortes nascidas entre as décadas de 1940 e 1990 em 19 países da América Latina e do Caribe. O índice de desigualdade de oportunidades inclui, no conjunto de circunstâncias, indicadores de contexto familiar (escolaridade dos pais, ocupação e tipo de trabalho, bem como características de moradia), gênero, etnia, localização (região de residência ou nascimento) e capital cultural (religião e língua falada em casa). Para mais detalhes sobre o cálculo dos indicadores, consultar o apêndice do capítulo 2 do RED 2022.

Fonte: Elaboração própria com base na IPUMS (2020).

O estudo da mobilidade intergeracional focou-se principalmente na análise de duas gerações adjacentes, ou seja, pais e filhos. Em grande parte, a popularidade dessa abordagem respondeu à falta de dados que permitiram vincular famílias ao longo de mais gerações. As evidências de múltiplas gerações baseadas nas informações da ECAF 2021 mostram que, na América Latina e no Caribe, a persistência da origem familiar na escolaridade poderia ser maior do que se depreende de estudos que restringem a análise a apenas duas gerações consecutivas. Essas evidências contribuem para um conjunto emergente de estudos em vários países que apontam para conclusões semelhantes e que destacam que a mobilidade intergeracional é menor do que as estimativas anteriores.

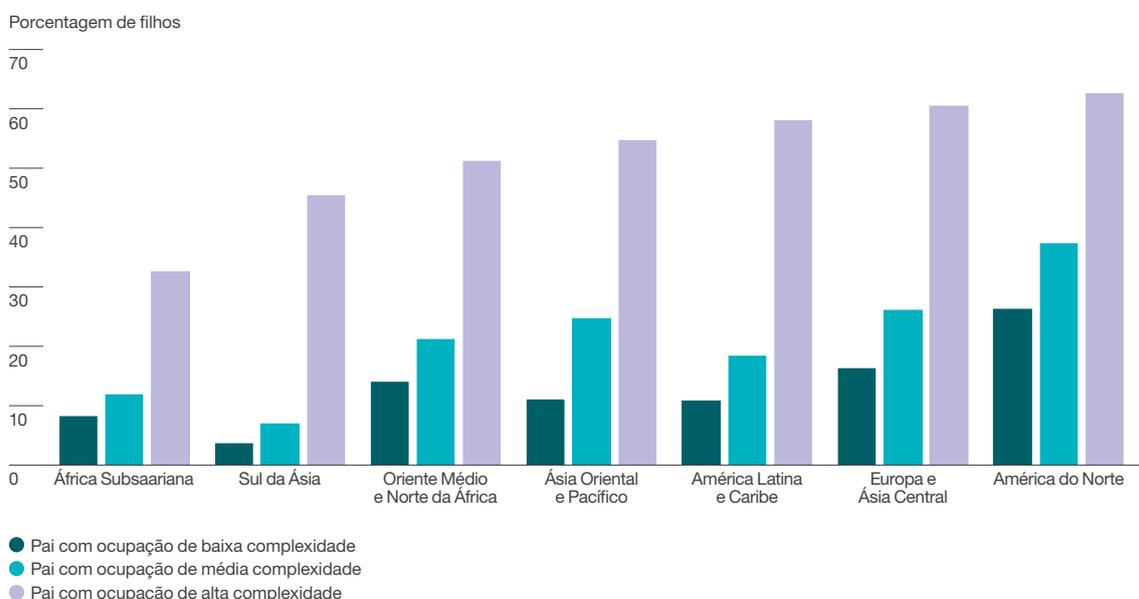
A persistência de ocupações e renda

A América Latina e o Caribe também apresentam baixo dinamismo intergeracional em termos de ocupações e renda. Por exemplo, as evidências coletadas no RED 2022 indicam que a região tem um alto percentual de pessoas que compartilham a categoria ocupacional com o pai. Medidas de mobilidade ocupacional, como a dependência intergeracional de ocupações, também apontam para altos níveis de persistência na América Latina e no Caribe.

Em termos de mobilidade ascendente absoluta ocupacional, a situação também não é animadora. Para construir esse tipo de métricas é preciso ordenar as ocupações em alguma escala que indique quais ocupações são melhores, por exemplo, em termos de salários ou possibilidades de aprendizado na prática. Uma forma de fazer isso é utilizar os níveis de complexidade das habilidades necessárias. O gráfico 9 mostra o percentual de filhos que têm ocupações de alta complexidade considerando a complexidade da ocupação dos pais. Por exemplo, em regiões como a América do Norte a parcela de filhos em ocupações de alta complexidade, cujos pais também tiveram esse tipo de ocupação, é um pouco mais que o dobro daqueles cujos pais estavam na categoria baixa (63 % versus 26 %), na América Latina e no Caribe, esse quociente é maior que cinco (58 % versus 11 %).

Gráfico 9

Porcentagem de filhos que têm uma ocupação de alta complexidade segundo o grau de complexidade da ocupação dos pais



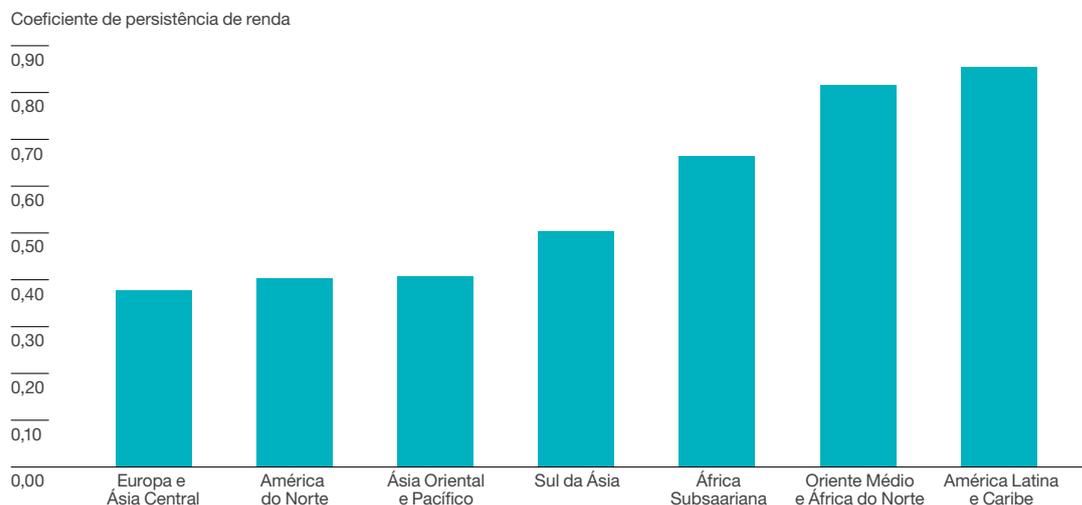
Nota: As ocupações de alta complexidade incluem profissionais, técnicos e administrativos de nível superior; as ocupações de média complexidade incluem administrativos, vendedores, prestadores de serviços e trabalhadores qualificados; e as ocupações de baixa complexidade incluem trabalhadores semiquilificados, trabalhadores não qualificados, trabalhadores agrícolas e proprietários ou gerentes de fazendas. A amostra inclui indivíduos que tinham entre 25 e 60 anos no momento da pesquisa (entre os anos de 2017 e 2020) e estavam trabalhando. Os países da América Latina e do Caribe aqui considerados são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Nicarágua, Peru e Porto Rico.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da 7ª rodada da Pesquisa Mundial de Valores (Haerpfer et al., 2022).

Em suma, embora a mobilidade educacional ascendente absoluta apresente alguns valores animadores na região, o mesmo não se observa no caso da mobilidade educacional relativa e da mobilidade ocupacional. Dessa forma, os níveis educacionais mais elevados alcançados pelos filhos em relação aos pais não se refletem em aumentos relativos em termos de níveis educacionais ou de oportunidades no mercado de trabalho. Isso pode sugerir que a estrutura econômica da região não está conseguindo absorver ou recompensar esses níveis educacionais mais altos, e que o progresso educacional não tem sido realmente suficiente. Por exemplo, na região ainda existem lacunas socioeconômicas importantes na qualidade da

educação que não são bem capturadas em medidas de mobilidade educacional com base nos anos de escolaridade alcançados. Esses resultados são consistentes com a baixa mobilidade intergeracional na renda, o que posiciona a América Latina e o Caribe como a região com maior persistência nessa dimensão, de acordo com os valores apresentados no gráfico 10. Assim, a persistência intergeracional de renda na região corresponde à elevada desigualdade na distribuição de renda que a caracteriza (painel A do gráfico 1).

Gráfico 10
Persistência intergeracional de renda por regiões



Nota: A persistência intergeracional de renda é medida pelo coeficiente de elasticidade da renda entre pais e filhos. Os valores regionais resultam de médias simples entre os países de cada região. As informações são apresentadas para as coortes de crianças nascidas nas décadas de 1960 ou 1970, dependendo da disponibilidade de dados para cada país. Os países incluídos na média da América Latina e do Caribe são: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Panamá e Peru.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da GDIM (2018).

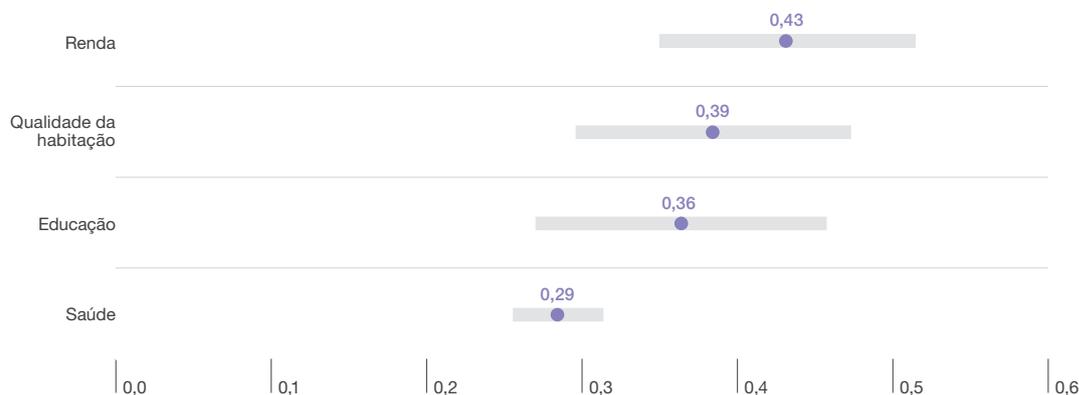
Mobilidade intergeracional em diferentes dimensões do bem-estar: evidências a partir da ECAF

O relatório apresenta resultados de mobilidade intergeracional em diferentes dimensões do bem-estar para um mesmo conjunto de indivíduos utilizando as novas informações oferecidas pela ECAF 2021. Com base nesses dados, são calculados os coeficientes *rank-rank* para quatro indicadores de bem-estar de pais e filhos (medidos em *rankings*): educação, saúde, posição autodeclarada na distribuição de renda e qualidade da moradia autodeclarada, a qual pode ser interpretada como proxy da riqueza familiar (gráfico 11). Os resultados indicam que nas principais cidades da América Latina e do Caribe haveria uma maior dependência da origem familiar em dimensões como renda e riqueza do que na educação e, particularmente, na saúde, que parece ser a dimensão com menos persistência intergeracional.

Esses achados estão de acordo com os avanços alcançados pelos países da região em termos de cobertura educacional e de saúde, o que poderia ter contribuído para enfraquecer o vínculo intergeracional na transmissão das desigualdades nessas duas dimensões. Pelo contrário, a baixa mobilidade relativa de renda e riqueza pode estar refletindo as limitações que os mercados de trabalho e financeiro da região têm para atuar como mecanismos compensadores das desigualdades segundo a origem familiar das pessoas.

Gráfico 11

Persistência intergeracional em quatro dimensões do bem-estar segundo os coeficientes *rank-rank*



Nota: Os coeficientes reportados provêm de estimativas por mínimos quadrados ordinários, onde a variável dependente é o *ranking* (percentil) que o filho (entrevistado) ocupa na distribuição da variável de bem-estar considerada, e a variável independente é o *ranking* que a mãe ocupa na distribuição da mesma variável de bem-estar em sua respectiva geração. Os *rankings* são construídos a partir dos valores ajustados por idade da mãe (todas as variáveis de bem-estar) e gênero (saúde e educação). A amostra restringe-se a indivíduos para os quais as informações estão disponibilizadas nas quatro dimensões do bem-estar, tanto para eles como para a mãe. Utiliza-se uma amostra consolidada das dez cidades da América Latina e do Caribe cobertas pela ECAF 2021 e é controlada em todas as regressões por efeitos fixos por país, idade do filho e da mãe (linear e quadrática) e efeitos fixos por gênero do entrevistado.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ECAF 2021 (CAF, 2022).

Por que a mobilidade intergeracional é importante?

A falta de mobilidade intergeracional tem consequências importantes não só nos níveis de desigualdade, mas também porque pode afetar o crescimento econômico e a estabilidade político-institucional de um país. Essas três dimensões fundamentais para o desenvolvimento inclusivo e sustentável tornam a mobilidade uma pré-condição importante para alcançar um progresso maior e mais estável de longo prazo nos países da América Latina e do Caribe.

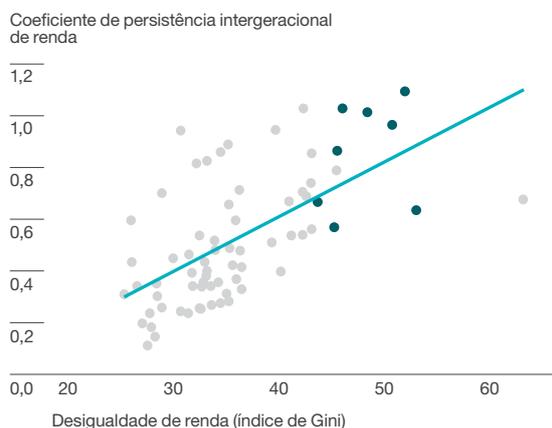
Ainda que altos níveis de desigualdade possam coexistir com altas possibilidades de mobilidade social, não é isso o que ocorre na prática. Um fato empírico notável é a forte associação positiva entre desigualdade e persistência intergeracional, relação que foi referida na literatura como a curva do Grande Gatsby (painel A do

gráfico 12). Embora a evidência refletida nesta curva não represente necessariamente uma relação causal entre os níveis de desigualdade e de mobilidade intergeracional, ela é consistente com a ideia de que a falta de mobilidade social pode ser um reflexo da existência de uma alta desigualdade de oportunidades numa sociedade.

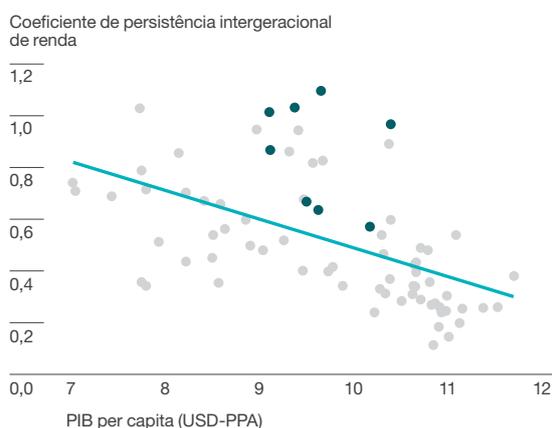
Gráfico 12

Relação entre a persistência intergeracional de renda e a desigualdade de renda, o PIB per capita e uma medida de qualidade da democracia

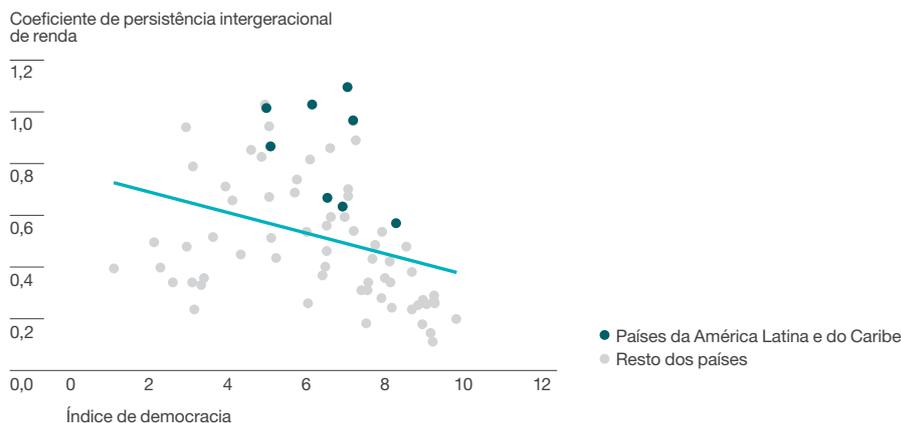
Painel A. Persistência intergeracional e desigualdade de renda



Painel B. Persistência intergeracional de renda e PIB per capita



Painel C. Persistência intergeracional de renda e qualidade da democracia



Nota: O painel A mostra a relação entre a desigualdade de renda (média de 2010-2019 do índice de Gini) e o coeficiente de persistência intergeracional de renda para uma grande amostra de países. O painel B apresenta a relação entre a persistência de renda e o PIB médio per capita (em paridade de poder de compra) para 2010-2019. O painel C apresenta a relação entre a persistência intergeracional de renda e o valor de um índice que mede a qualidade da democracia em cada país (índice de democracia calculado pela Economist Intelligence Unit). Este índice é baseado em 60 indicadores agrupados em cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política; e cultura política. Nos três painéis a reta representa um ajuste de regressão linear. Os países da América Latina e do Caribe incluídos são: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Panamá e Peru.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da GDIM (2020), Banco Mundial (2022a) e Economist Intelligence Unit (2021).

O grau de mobilidade social também está relacionado com o crescimento econômico de tal forma que inclui ambas as direções de causalidade. A mobilidade intergeracional precisa de algum nível de crescimento, o que é evidente para a mobilidade ascendente absoluta, mas também para a sustentabilidade da mobilidade relativa. Numa economia estagnada, para que alguns estejam em melhor situação em termos relativos, é necessário que outros estejam em pior situação em termos absolutos. Em outro sentido, a mobilidade social pode afetar o crescimento econômico por pelo menos dois canais. Por um lado, as perspectivas de mobilidade social podem afetar o grau de esforço de formação de capital humano e de trabalho, ambos motores da produtividade e do crescimento agregado. Em contraste, numa sociedade em que não há perspectivas de mobilidade social, os incentivos ao esforço tornam-se fracos. A outra razão importante que liga a mobilidade ao crescimento resulta da melhor alocação do talento que pode se alcançar se houver mobilidade intergeracional. Sem mobilidade social, os indivíduos são obrigados a repetir os níveis educacionais, as ocupações de trabalho e as áreas de residência de suas famílias de origem. No entanto, cada indivíduo possui capacidades que poderiam resultar em maior produtividade se pudessem escolher livremente seu nível de qualificação, ocupação ou local de residência, sem depender da história familiar. A relação do painel B do gráfico 12, mostra justamente uma associação negativa entre o produto per capita dos países e os níveis de persistência intergeracional de renda. Outrossim, evidências produzidas a partir da análise de diferentes regiões dentro de um mesmo país também apontam para o fato de que maior mobilidade acarreta maior crescimento e desenvolvimento econômico. Todas essas evidências implicam que a discussão sobre a tensão entre equidade e eficiência não deveria se limitar ao curto prazo, mas considerar as melhorias de eficiência de longo prazo que a redistribuição de oportunidades associada à mobilidade social traz para a melhor alocação do talento e, conseqüentemente, para o crescimento.

A mobilidade social também pode ser uma característica crucial para a estabilidade política e de todas as instituições que estruturam as relações entre os habitantes de um país. A associação negativa entre persistência de renda e uma métrica de qualidade da democracia mostrada no painel C do gráfico 12 apoia essa visão. A mobilidade social pode aumentar a tolerância entre os cidadãos e, portanto, sua abertura e apoio à democracia. A possibilidade de mobilidade social também pode fortalecer a democracia ao reduzir o conflito redistributivo entre ricos e pobres. Por exemplo, o medo das famílias ricas de eventualmente se tornarem pobres pode levá-las a aceitar uma maior redistribuição como garantia de bem-estar futuro, assim como as perspectivas de mobilidade ascendente podem moderar o apoio a políticas redistributivas em setores menos ricos.

Como se percebe a mobilidade intergeracional na região e quais são as preferências em relação às políticas redistributivas?

A mobilidade intergeracional e, principalmente, a percepção que os cidadãos têm dessa mobilidade podem afetar suas demandas por uma maior redistribuição. Dado que certas políticas redistributivas podem entrar em tensão com o crescimento, pelo menos no curto prazo, a forma como os indivíduos percebem as perspectivas de mobilidade é relevante tanto para antecipar possíveis demandas redistributivas quanto para desenhar políticas compensatórias das desigualdades que não colidam com os incentivos ao esforço e ao investimento.

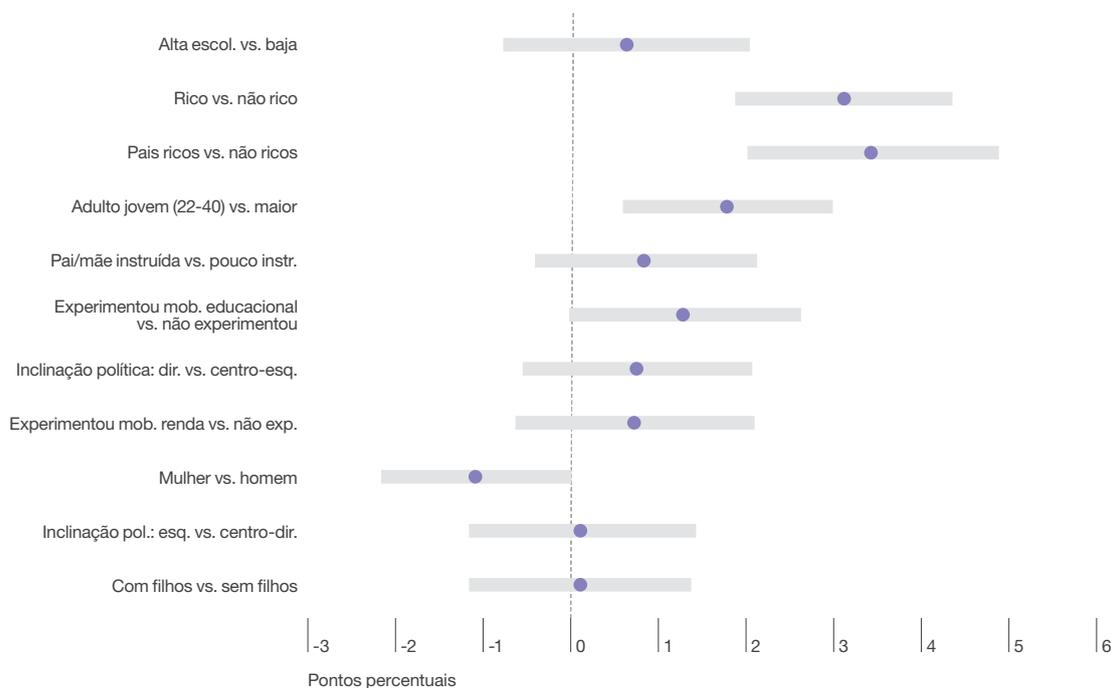
A ECAF 2021 investiga as percepções de mobilidade intergeracional dos latino-americanos. Quando consultados sobre a mobilidade educacional, 57% dos entrevistados superestimaram a mobilidade, com uma diferença entre a mobilidade percebida e a real de 6,7% em média, embora essa diferença

varie entre países. Os entrevistados nas principais cidades da Colômbia, Peru e Bolívia são mais “pesimistas”, no sentido de subestimar a mobilidade real. No resto dos países, os entrevistados são bastante otimistas, pois sua percepção da mobilidade é superior à real.

Os dados da ECAF mostram que as diferenças entre a mobilidade percebida e a real podem estar relacionadas com as experiências de vida particulares dos indivíduos, seus grupos de referência, suas visões políticas e culturais e suas características pessoais, entre outros fatores. O gráfico 13 apresenta as diferenças no valor médio da percepção de mobilidade ascendente, segundo características próprias ou dos pais (eixo vertical). Esta análise mostra que, mantendo constantes as demais variáveis analisadas, os mais ricos, os filhos dos mais ricos e os mais jovens (22 a 40 anos) são mais otimistas quanto à mobilidade intergeracional.

Gráfico 13

Diferenças de percepção da mobilidade de acordo com as características do entrevistado e de seus pais



Nota: O gráfico apresenta os coeficientes e seus intervalos de confiança de 95% estimados por mínimos quadrados ordinários, onde a variável dependente é a percepção de cada entrevistado sobre o nível de mobilidade educacional ascendente em seu país e as variáveis independentes são variáveis dicotômicas para cada uma das características do entrevistado ou de seus pais e são apresentadas no eixo vertical. Incluem-se também os controles por cidade e modalidade de pesquisa, cujos coeficientes não são informados no gráfico. A mobilidade percebida é a resposta de cada entrevistado à seguinte questão da ECAF: “Pense nos jovens que têm pais que não conseguiram concluir o ensino médio, ou seja, pais com pouca escolaridade. Se pegarmos 100 desses jovens, quantos você acha que conseguem concluir o ensino médio? Sua resposta deve ser um número entre 0 e 100”.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ECAF 2021 (CAF, 2022).

No âmbito da edição de 2021 da ECAF foram realizados diversos experimentos com o objetivo de compreender melhor a relação entre as perspectivas de mobilidade social e as preferências dos cidadãos relativamente a políticas que possam mitigar este problema da baixa mobilidade. Através de informações distribuídas aleatoriamente sobre diferentes aspectos deste problema e suas possíveis soluções, foram criados grupos de tratamento e controle. Dado que estes grupos apenas diferem, em média, quanto ao fato de terem recebido essas informações (tratamento) ou não (controle), as diferenças em suas opiniões após a intervenção permitem analisar aspectos-chave da relação entre as perspectivas de mobilidade e as preferências dos cidadãos, em particular, as que se referem a políticas que visam redistribuir recursos entre diferentes membros da sociedade.

Nos experimentos foram fornecidas informações para investigar como a percepção de maior ou menor mobilidade social afeta as preferências sobre quanto redistribuir e por meio de quais instrumentos de política fazê-lo. Também se experimentou variando o perfil dos potenciais beneficiários das políticas de redistribuição, com o objetivo de saber se as características dessas pessoas (nomeadamente o seu gênero, talento ou nível de esforço) alteram o apoio a algumas dessas políticas. Esses experimentos trazem resultados inéditos para a América Latina e o Caribe e, juntos, contribuem para uma melhor compreensão do grau de alinhamento das preferências dos cidadãos com as políticas que a região necessita para nivelar as oportunidades em prol de uma maior mobilidade social.

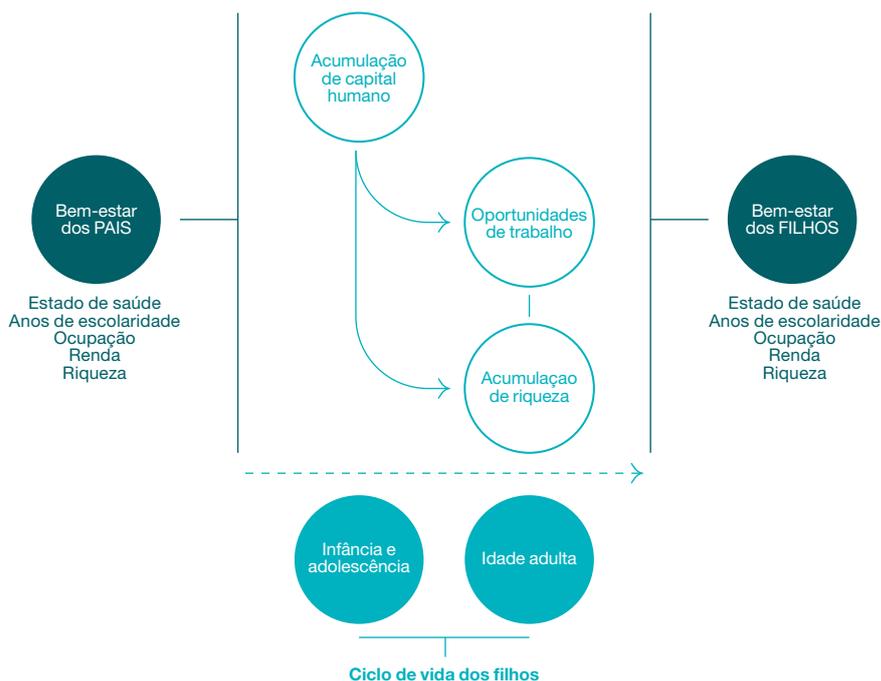
Os resultados indicam que as pessoas tendem a apoiar uma maior redistribuição quando descobrem as limitadas possibilidades de progresso (por exemplo, para obter um título universitário) dos setores mais desfavorecidos, e não exigem menos redistribuição quando conhecem alguns aspectos positivos que foram observados na mobilidade educacional na região. Outro resultado interessante indica que os latino-americanos valorizam o esforço e o talento na hora de definir quem deve se beneficiar das políticas para favorecer a mobilidade social, enquanto o gênero do beneficiário não é, em média, um aspecto relevante. No entanto, este último resultado esconde uma diferença notável segundo o gênero do entrevistado, uma vez que as mulheres apontam para a necessidade de apoiar mais, através de políticas redistributivas, as mulheres talentosas e esforçadas. Por fim, um terceiro resultado sugere que aqueles que recebem informações pessimistas sobre a mobilidade redirecionam suas preferências em relação à redistribuição para políticas que ofereçam maiores oportunidades nas fases iniciais da vida (como a educação), em detrimento de políticas redistributivas que corrigem resultados *ex post* (como as transferências de renda).

Três canais de reprodução das desigualdades

A associação entre alta desigualdade e menor mobilidade intergeracional indica que existem mecanismos poderosos que reproduzem os níveis de bem-estar alcançados pelas pessoas de diferentes gerações de uma mesma família. Neste relatório são analisados três canais muito importantes que afetam a mobilidade social intergeracional na América Latina e no Caribe. Conforme descrito na figura 2, esses canais estão relacionados com a desigualdade de oportunidades que as pessoas de famílias de diferentes níveis socioeconômicos enfrentam ao longo da vida, tipicamente caracterizados pelos níveis de bem-estar alcançados pelos pais em termos de saúde, educação, ocupação, renda ou riqueza. Essas oportunidades são as que propiciam a formação de **capital humano**, o acesso a boas **possibilidades de emprego** no mercado de trabalho, bem como as **possibilidades de acumulação de ativos**. Os capítulos 3, 4 e 5 do RED 2022 apresentam uma ampla variedade de evidências que revelam a forte associação observada na América Latina e no Caribe entre o nível socioeconômico da família de origem com as referidas oportunidades.

Figura 2

Canais por trás da reprodução intergeracional da desigualdade



Fonte: Elaboração própria.

Capital humano

A grande desigualdade na formação do capital humano (entendido em sentido amplo como o nível educacional alcançado, o estado de saúde e o desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais) é fundamental para explicar a transmissão intergeracional das desigualdades. A acumulação de capital humano é o resultado de um processo dinâmico que ocorre ao longo da vida, mas no qual existem algumas fases mais propícias para investir no pleno desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional. Essas fases abrangem as duas primeiras décadas de vida, com subfases altamente sensíveis, como a primeira infância e a adolescência. Nesse período, os pais ou responsáveis têm um papel fundamental nas decisões de investimento dos filhos. Se os investimentos nesta fase da vida são muito desiguais, podem esperar-se grandes lacunas no capital humano que, na ausência de mecanismos de compensação oportunos, tendem a deslocar-se e ampliar-se na idade adulta, explicando boa parte das desigualdades de ocupação e renda que são observadas mais tarde na vida.

O papel dos pais nos investimentos para formar o capital humano de seus filhos manifesta-se de duas formas. Por um lado, estão as decisões em relação à educação dentro de casa. Nesse ambiente, os pais investem tempo, dinheiro e esforço em seus filhos para construir um espaço seguro e estimulante para a criação. Por outro lado, estão as decisões dos pais que afetam o ambiente ao qual a criança está exposta fora de casa.

Nesse sentido, a escolha do centro educacional e do bairro de residência são determinantes. Na região, as decisões relativas à criação fora e dentro de casa forjam um forte vínculo intergeracional no capital humano, pois as famílias desfavorecidas são notavelmente mais restritas do que as favorecidas, com o consequente impacto em termos de investimentos desiguais que podem fazer nos filhos. Essas restrições são de três tipos: financeiras, informacionais e cognitivo-comportamentais, e das possibilidades de garantir os investimentos. A desigualdade na severidade dessas restrições é exacerbada pelas desigualdades decorrentes da segregação espacial e das diferenças na qualidade e quantidade de bens e serviços públicos que são fornecidos nas áreas mais e menos desfavorecidas dentro das cidades e entre cidades de um mesmo país.

Esse processo de acumulação de competências ao longo da vida das crianças e jovens latino-americanos e caribenhos resulta de uma complexa interação de fatores que, muitas vezes, estão completamente fora de seu controle. Assim, as desigualdades geradas nestas primeiras décadas de vida são fortemente condicionadas pelas circunstâncias das pessoas e configuram oportunidades muito diversas para a formação de capital humano, as quais assentam as bases da persistência intergeracional do bem-estar.

Desigualdades de capital humano ao longo da vida

As desigualdades de capital humano na região começam muito cedo na vida e são mantidas – e às vezes reforçadas – com o tempo. O estudo Crianças do Milênio do Peru, um dos poucos trabalhos do gênero na região, permite acompanhar um mesmo conjunto de indivíduos desde o início da vida até a entrada na idade adulta.³ Estes dados permitem estudar as probabilidades que essas crianças e jovens tinham de atingir elevados níveis de escolaridade, dependendo do lar onde nasceram e passando por todas as fases mais importantes do seu desenvolvimento nas primeiras décadas de vida.

O gráfico 14 mostra que essas probabilidades dependem muito do nível educacional dos pais. Em primeiro lugar, é de destacar que a expansão educacional alcançada na região (painel A do gráfico 2), e que foi especialmente forte no Peru, implicou que a proporção de pais nesta amostra representativa que atingiu um nível educacional “alto” (pós-ensino médio, completo ou não) fosse relativamente baixa (22%) em relação ao das crianças e jovens incluídos no estudo (65%). No entanto, apesar desse aumento na cobertura educacional, o gráfico também mostra que as proporções de filhos de pais com diferentes níveis de escolaridade que atingem um nível educacional alto são muito diferentes. Por exemplo, enquanto mais de 90% dos filhos de pais com elevado nível educacional atingem o mesmo nível, a proporção de filhos de pais com baixo nível educacional é menos da metade. Verifica-se também que praticamente não há filhos com baixos níveis educacionais que venham de famílias com pais com elevado nível educacional, e que quase todos os filhos que terminam com baixo nível educacional vêm de famílias com pais que só atingiram esse nível.

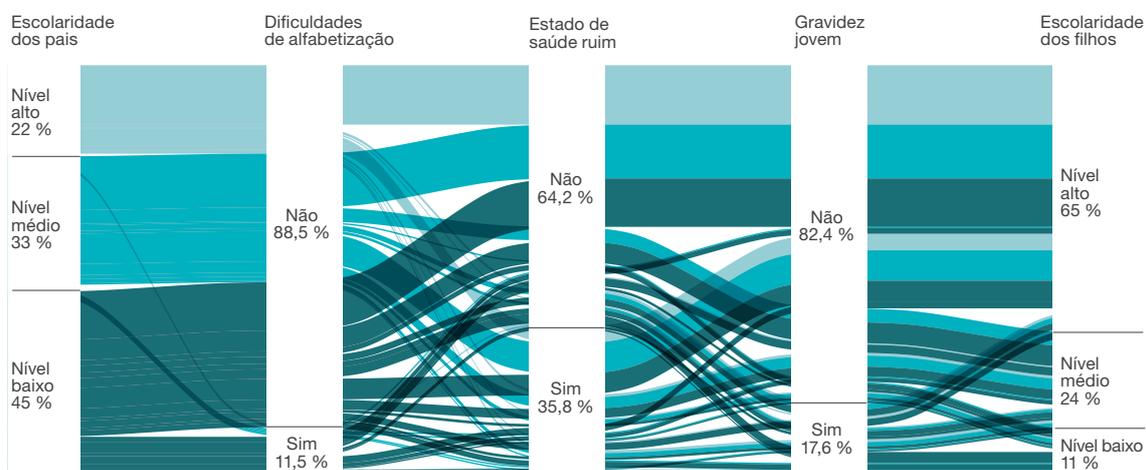
O gráfico 14 também reflete a incidência de marcos intermediários de desenvolvimento com potencial para afetar o número máximo de anos de escolaridade concluídos. A maioria das crianças (de 6 a 10 anos) com problemas de alfabetização precoce vêm de lares com pais de baixo nível educacional, enquanto a proporção de filhos de pais com alta escolaridade que enfrentam esses problemas no início da trajetória educacional é praticamente insignificante. Em relação ao estado de saúde relatado pelos pais como ruim, novamente, a proporção de crianças que vêm de lares com pais pouco escolarizados é substancialmente

3. O projeto “Crianças do Milênio”, também conhecido por seu nome em inglês, Young Lives, é uma iniciativa multipaíses (quatro países em diferentes regiões, incluindo o caso do Peru para a América Latina), que acompanha a trajetória de desenvolvimento de crianças de duas coortes: uma, dos nascidos em 1994-1995 e outra, dos nascidos em 2001-2002. O acompanhamento longitudinal já abrange seis rodadas, incluindo uma última realizada durante a pandemia de COVID-19 em 2020 (por telefone, com três ondas de ligações). Esta fonte de dados é de grande valor para os estudos sobre acumulação de capital humano na região, pois atualmente abrange as fases mais importantes do desenvolvimento das pessoas. O projeto é coordenado pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Oxford (Inglaterra) e executado por parceiros locais em cada país.

maior do que aquela de lares com pais mais escolarizados. O gráfico mostra como último elo intermediário a proporção de filhos que se tornaram pais precocemente (antes dos 23 anos). Essa fração é alta entre os filhos de pais pouco escolarizados e praticamente nula entre os filhos de pais altamente escolarizados. Além disso, grande parte daqueles que vêm de lares com pais de baixa escolaridade, que tiveram filhos em idade precoce, atingem apenas níveis baixos ou médios de escolaridade. Deste tipo de análise surgem várias hipóteses sobre os episódios de desenvolvimento na infância e adolescência que reforçam determinadas condições iniciais (vantajosas ou desvantajosas), condicionando assim as probabilidades de atingir níveis elevados de capital humano na idade adulta.

Gráfico 14

Conexão entre a escolaridade de pais e filhos mediada por alguns marcos do desenvolvimento individual (Peru)



Nota: O gráfico apresenta as trajetórias das crianças da coorte mais velha do estudo Crianças do Milênio. Nos extremos estão as proporções de crianças dessa coorte de acordo com o nível educacional alcançado na rodada 6 (extremo final) e o nível educacional de seus pais (extremo inicial). Os fluxos que passam por estados intermediários são definidos levando em consideração diferentes marcos que podem condicionar o desenvolvimento da criança na sua trajetória de vida e que são capturados nesta base de dados longitudinais. Esses marcos incluem dificuldades de alfabetização, estado de saúde (regular, ruim ou muito ruim) e se os filhos se tornaram pais antes dos 23 anos. Os níveis educacionais são definidos da seguinte forma: baixo, menos que ensino médio completo; médio, até o ensino médio completo; alto, mais do que ensino médio completo (incluindo aqueles que o cursaram, mesmo que não o tenham concluído).

Fonte: Elaboração própria com base nas rodadas 1 a 6 do estudo Crianças do Milênio (<https://ninosdelmilenio.org>).

O estudo Crianças do Milênio também permite analisar a persistência que relaciona a posição da casa de nascimento na distribuição da riqueza com a posição das crianças e jovens do estudo na distribuição de indicadores de desenvolvimento físico (altura para a idade) e cognitivo (pontuação num teste de vocabulário receptivo). A associação entre esses indicadores de riqueza e desenvolvimento é muito alta para a dimensão cognitiva (coeficiente *rank-rank* de 0,64 aos 5 anos de idade). O coeficiente cai ligeiramente para as idades associadas ao ensino fundamental, mas se mantém alto (0,49) até a medição feita na adolescência (15 anos). Em relação à altura para a idade, as desigualdades no primeiro ano de vida são elevadas (coeficiente de 0,35), depois se agravam, mas finalmente diminuem para retornar ao nível inicial na adolescência. O RED 2022 resume evidências semelhantes para outros países da região, levando em consideração os gradientes socioeconômicos significativos que, além de se abrirem no início da vida, abrangem todas as dimensões do desenvolvimento (físico, cognitivo e socioemocional).

Quando, quem e como são tomadas as principais decisões para formar o capital humano?

Evidências recentes indicam que, além da conhecida importância da fase pré-natal e da primeira infância, a adolescência também é uma fase crucial no desenvolvimento das pessoas. Os cuidados pré-natais tanto para a saúde da mãe quanto da criança, os controles pediátricos e a nutrição adequada e a estimulação precoce são essenciais na primeira parte da vida. Portanto, nesta fase, as ações dos sistemas de saúde e de cuidados são de grande importância. Por sua vez, os investimentos na adolescência compreendem um compromisso de trabalho conjunto entre a família, a escola, o meio físico e social, e o mundo do trabalho. Todos esses contextos de formação devem fornecer insumos de qualidade para a aprendizagem, a saúde física e mental e para orientar positivamente os adolescentes para aspirações educacionais e de trabalho que lhes permitam formar um novo capital humano para depois oferecer sua melhor alternativa de uso no mercado de trabalho.

Sobre quem toma as decisões, as evidências indicam que as mães desempenham um papel muito importante na formação do capital humano de seus filhos, mas que essa influência também vem de outros membros da família, como pais, irmãos e avós. Por exemplo, a saúde da mãe, tanto antes como durante a gravidez, afeta fortemente a saúde dos filhos. Assim, mães sujeitas a fontes significativas de estresse, que fumam, consomem álcool ou outras drogas, que sofrem ou sofreram deficiências nutricionais e estão expostas a poluentes, são mais propensas a dar à luz filhos com problemas de saúde que comprometem o seu desenvolvimento. Há duas razões de primeira ordem para enfatizar o canal da saúde da mãe na perpetuação das desigualdades e a conseqüente baixa mobilidade intergeracional do capital humano. Em primeiro lugar, na América Latina e no Caribe existem grandes desigualdades na cobertura e qualidade dos serviços de saúde acessados por pessoas de famílias favorecidas e desfavorecidas. Em segundo lugar, muitos avanços recentes em tecnologias e protocolos para cuidados de saúde da mulher e materno-infantil permitem uma melhoria significativa e de baixo custo nos resultados de saúde de recém-nascidos e de crianças em seus primeiros anos de vida.

Outros membros da família podem desempenhar um papel importante na transmissão intergeracional do capital humano. Por exemplo, estimativas com dados da ECAF 2021 apontam para um importante papel dos avós, em consonância com o que já foi observado em outras partes do mundo. Porém, diferentemente do mundo desenvolvido, na América Latina e no Caribe é possível que a ausência de mecanismos formais de cuidado infantil exacerbe a persistência intergeracional do capital humano mediado pela influência dos avós. Isso ocorre porque, na ausência de outras opções de cuidado, as famílias fazem arranjos informais com parentes próximos, como os avós, e o tempo, os recursos e as regras parentais utilizados nessas soluções constituem um caminho adicional para perpetuar as condições de formação do capital humano das crianças e jovens da região.

Por outro lado, certos aspectos da conformação das famílias agravam o peso das restrições para investir nos filhos. A gravidez na adolescência e a separação ou morte dos pais em fases críticas (primeira infância e adolescência) implicam menos investimento e pior mobilidade do capital humano. As Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS, por suas siglas em inglês) indicam que metade das gestações na região não são planejadas e que, nestes casos, o grau de preparação das famílias para investir adequadamente nos seus novos membros é limitado. Além disso, as gestações não planejadas mostram um claro gradiente socioeconômico. Em particular, a gravidez na adolescência continua sendo um grande problema na região e é, em si, um fenômeno com alta persistência intergeracional. Esse padrão de fecundidade jovem está associado a menores investimentos em filhos e a grandes lacunas de mobilidade educacional entre filhos de mães adolescentes e não adolescentes, que persistem em torno de 25 % e 30 % de 1950 até o presente. Por outro lado, o RED 2022 mostra que o tamanho da família (número de irmãos) na região também limita os anos de escolaridade concluídos pelos filhos, mas apenas em famílias com pais com menor nível educacional. Ou seja, o tamanho da família é importante para a mobilidade porque quanto

maior o número de filhos, menores são os investimentos que as famílias mais desfavorecidas fazem neles. Os altos níveis de pareamento seletivo (pai e mãe com escolaridade semelhante) que se observam na região também contribuem para a baixa mobilidade educacional. Esses padrões que dão conta de uma forma adicional de segregação socioeconômica, neste caso na conformação de casais, têm se mantido ao longo do tempo.

Sobre como as famílias investem no capital humano dos filhos, o RED 2022 destaca dois caminhos fundamentais: os investimentos diretos dentro de casa e os feitos para influenciar o capital humano dos filhos fora de casa. Dentro de casa, os pais investem tempo, dinheiro e esforço em seus filhos para projetar e implementar regras e um ambiente positivo para a criação deles. O relatório mostra que na América Latina e no Caribe esses três investimentos apresentam um claro gradiente socioeconômico, indicando que os filhos de pais mais ricos recebem maior quantidade e qualidade de investimentos em seu capital humano. Por outro lado, nos dois investimentos mais importantes para a formação de capital humano fora de casa (escolha de escola e bairro de residência) novamente operam as mesmas restrições que determinam investimentos de qualidade inferior (piores escolas e piores bairros) para filhos de famílias mais pobres.

O papel das instituições educacionais na mobilidade do capital humano

As instituições educacionais formais, desde a formação inicial até a universitária, podem ajudar a quebrar ou, pelo contrário, a reforçar os laços intergeracionais do capital humano anteriormente descritos. Os sistemas educacionais da região, especialmente nos níveis fundamental, médio e superior, ainda estão longe de fechar as lacunas socioeconômicas e ser aliados infalíveis da mobilidade intergeracional. Os baixos níveis de qualidade do ensino básico que recebem as crianças e jovens de famílias mais desfavorecidas, os altos níveis de segregação escolar observados na região, e o acesso limitado e problemas de qualidade no ensino superior são as três razões principais.

Qualidade

De acordo com os resultados de testes padronizados internacionais, a média das notas obtidas pelos alunos de países da América Latina e do Caribe está entre as mais baixas. No entanto, o problema não se reduz a uma baixa qualidade média, mas também a fortes disparidades socioeconômicas, com resultados que são consideravelmente melhores entre os filhos de famílias de alto nível socioeconômico. Em parte, essas lacunas socioeconômicas de qualidade podem resultar da reduzida margem de manobra das escolas, devido, por exemplo, ao fato de que a aprendizagem dos jovens já está condicionada pelos investimentos que os pais fazem dentro de casa ou por fatores do ambiente, como, por exemplo, o local de residência.

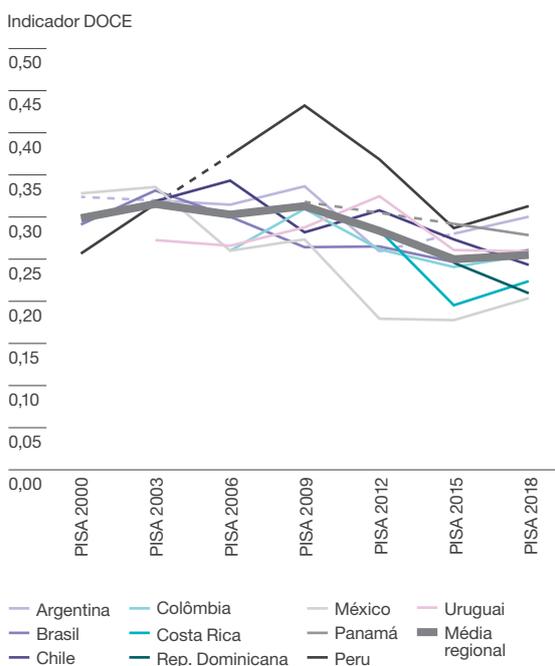
Uma estimativa da desigualdade de oportunidades na qualidade educacional (indicador DOCE) fornece evidências nesse sentido. Esta medida foi construída com os resultados de todas as edições dos testes PISA, que abrangem a população de alunos de 15 anos numa ampla amostra de países, vários deles pertencentes à região. O painel A do gráfico 15 mostra que a desigualdade de oportunidades na América Latina e no Caribe permaneceu alta ao longo do tempo, com um valor que indica, em média para o período 2000-2018, que quase 30% das diferenças observadas nas notas é explicado por circunstâncias fora do controle dos alunos. Esse valor é superior ao observado para os países da OCDE, embora a desigualdade de oportunidades na América Latina e no Caribe seja provavelmente subestimada porque o estudo PISA não inclui um grande número de jovens de contextos desfavorecidos

que já estão fora do sistema educacional aos 15 anos. A estabilidade do indicador DOCE nas últimas décadas contrasta com a relativa melhoria das medidas de mobilidade educacional que se baseiam exclusivamente nos anos de escolaridade completados por pais e filhos. Esse contraste pode explicar, em parte, por que, a pesar do aumento da cobertura educacional, ainda persistem grandes lacunas socioeconômicas de capital humano. O painel B do gráfico 15, utilizando dados do PISA 2018, mostra que a circunstância que mais contribui para a desigualdade de oportunidades é a riqueza familiar, seguida da escolaridade e da ocupação dos pais, que são dois tipos de circunstâncias que também definem o nível socioeconômico da família.

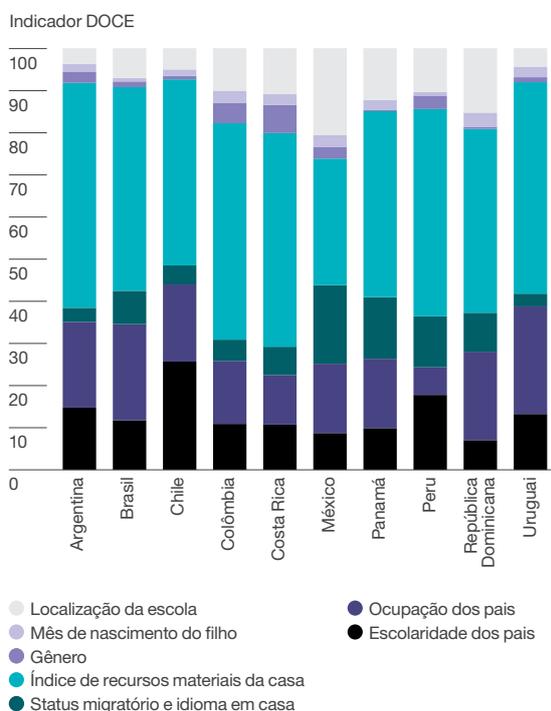
Gráfico 15

Desigualdade de oportunidades na qualidade educacional (DOCE) nos países da América Latina e do Caribe

Painel A. Evolução no tempo do indicador DOCE



Painel B. Contribuição das diferentes circunstâncias que explicam o indicador DOCE



Nota: O painel A reporta a evolução temporal do índice de desigualdade de oportunidades em qualidade educacional (DOCE) para os países da América Latina e do Caribe que participaram de pelo menos uma edição dos testes PISA (matemática). O indicador DOCE apresentado segue a metodologia proposta por Ferreira e Gignoux (2014) e calcula o R² de uma regressão por mínimos quadrados ordinários, onde as variáveis independentes são indicadores de sete tipos de circunstâncias: gênero, escolaridade e ocupação dos pais, status migratório e língua falada em casa, um índice de recursos materiais da família, mês de nascimento do filho e localização da escola (tamanho da cidade onde está localizada). As seções com linhas pontilhadas representam valores estimados com base numa interpolação linear das séries por país, pois, para alguns anos intermediários, esses países não participaram dos testes PISA. O painel B mostra a decomposição (método Shapley) da contribuição relativa de cada uma das circunstâncias na explicação do valor do indicador DOCE calculado para cada país com o teste PISA 2018.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos testes PISA 2000-2018 (OCDE, 2000, 2003, 2009, 2012, 2015a, 2018a).

Segregação

A segregação escolar resulta da escolha dos pais quanto a melhor escola para seus filhos, levando em consideração as restrições orçamentárias, informacionais, cognitivo-comportamentais e outras relacionadas com o local de residência e com as preferências culturais. Além disso, essas escolhas são condicionadas pela acessibilidade à oferta de serviços educacionais e, fundamentalmente, pelas diferenças curriculares e de qualidade que possam existir entre as escolas públicas e privadas. Em locais com alta desigualdade socioeconômica e segregação espacial, onde os custos do transporte dentro das cidades também são altos, é natural que surjam certos níveis de segregação escolar na dimensão socioeconômica. Assim, é comum observar que os pais favorecidos pagam mais para enviar seus filhos a escolas que oferecem um conjunto de serviços educacionais de qualidade superior ou mais diversificados, enquanto os pais mais pobres geralmente não podem escolher além da opção pública que fica perto de onde moram. Quando essa segregação por nível socioeconômico dos pais se torna considerável ou quando as diferenças entre as ofertas públicas e privadas são grandes, a persistência intergeracional do capital humano pode ser magnificada. Por exemplo, isso ocorre devido a uma maior concentração de alunos de lares desfavorecidos em escolas que oferecem piores serviços educacionais ou aos diferentes tipos de “efeitos de pares” (*peer effects*) que operam nas escolas.

As evidências para a região apontam para uma alta e crescente segregação escolar por nível socioeconômico. Por um lado, é notável a diferença por níveis de renda familiar nas matrículas no ensino público, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. O gráfico 16 mostra que a taxa de matrícula no ensino público é substancialmente maior (quase o dobro) entre os alunos do quintil mais pobre (Q1) do que entre os do quintil mais rico (Q5). Além disso, as diferenças são maiores no ensino fundamental do que no ensino médio, observando-se também no ensino fundamental uma tendência crescente no tempo. O painel B apresenta um índice de segregação socioeconômica denominado índice de diferença de percentil (IBC), que assumiria um valor igual a 1 num país onde as escolas são perfeitamente segregadas e um valor igual a 0 caso contrário. Os países da América Latina e do Caribe apresentam valores neste índice consideravelmente superiores à média dos países da OCDE, com a única exceção da República Dominicana. Os dois países com maiores valores neste índice de segregação entre os 78 países participantes do PISA 2018 são latino-americanos (Peru e Chile). Além disso, uma comparação dos valores desse índice de 2000 a 2018 indica que a segregação na região não é apenas maior do que nos países desenvolvidos, mas que, a diferença da estabilidade observada na média da OCDE, aumentou nas últimas duas décadas.

Os efeitos de pares nas escolas podem assumir muitas formas. Por um lado, eles podem afetar o aprendizado. Quando há alta segregação, os alunos que tiveram mais chances de acumular competências antes da idade escolar concentram-se em poucas escolas e as possibilidades de um transbordamento positivo sobre os alunos menos favorecidos são significativamente reduzidas. Para além do seu potencial efeito na aprendizagem, a segregação escolar por nível socioeconômico implica que a rede de contatos dos alunos ricos seja maioritariamente composta por ricos e a dos alunos pobres seja maioritariamente composta por pobres. Isso pode afetar outras dimensões do capital humano, como as habilidades socioemocionais ou a saúde. Os efeitos de pares também podem operar por outros canais, por exemplo, a segregação pode favorecer dentro de cada grupo segregado a transmissão de certos atributos relacionados à disponibilidade de informações, identidade ou preferências, o que, por sua vez, pode impactar nos investimentos em capital humano ou no retorno desses investimentos. Ou seja, os efeitos de pares nas escolas condicionam o capital social que os alunos podem construir em seus anos de escolaridade. Estudos recentes para países desenvolvidos indicam que essas formas de segregação e seus consequentes efeitos sobre o capital social são mecanismos com uma importância de primeira ordem por trás da persistência intergeracional do status social.

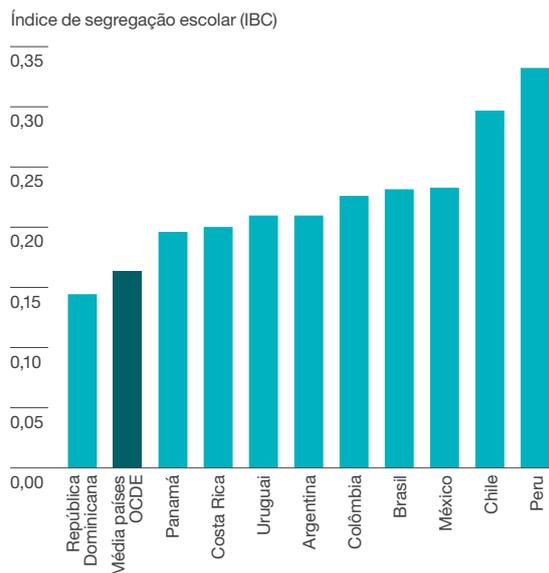
Gráfico 16

Indicadores de segregação escolar

Painel A. Quociente de matrícula em centros públicos de famílias mais pobres (quintil 1) versus famílias mais ricas (quintil 5)



Painel B. Valores do índice de segregação escolar (índice de diferença de percentil) por nível socioeconômico no PISA 2018



Nota: O painel A apresenta a evolução do quociente de matrícula em escolas públicas entre alunos no quintil mais baixo da distribuição da renda familiar (quintil 1) e alunos do quintil mais rico (quintil 5). Valores crescentes deste quociente indicam que as famílias mais pobres optam cada vez mais por escolas públicas em relação às escolhas das famílias mais ricas. As taxas de matrícula por nível educacional foram obtidas na base SEDLAC que padroniza esse tipo de indicadores a partir de pesquisas de lares de 18 países da região. Os quocientes se apresentam como médias móveis de três anos para o período de 2000 a 2019. O painel B apresenta a média de um indicador de segregação socioeconômica (índice de diferença de percentil ou IBC), que é calculado com base numa variável de nível socioeconômico do lar (*highest parents' socio-economic index* ou HISEI) fornecida no estudo PISA (edição 2018) para os países da América Latina e do Caribe que participaram nessa edição e para a média dos países da OCDE.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial, 2021) e PISA 2018 (OCDE 2018a).

Existe outro tipo preocupante de segregação escolar na região: a segregação por raça ou etnia. Isso se refletiu nos resultados de um experimento realizado no âmbito da Pesquisa CAF 2021, que indica que os pais que não se identificam com determinadas minorias étnicas são menos propensos a mandar seus filhos para escolas com uma alta proporção de alunos desses grupos étnicos.

Barreiras após o ensino fundamental

Os problemas de qualidade e segregação afligem gravemente os sistemas do ensino fundamental na região, comprometendo assim a formação de competências dos filhos de famílias desfavorecidas. A formação técnico-profissional e a universitária devem adotar esse nível básico de competências e complementá-la com competências mais sofisticadas que sejam valorizadas no mercado de trabalho e que facilitem a integração produtiva e social das pessoas em idade adulta. Nessa tarefa, o ensino técnico-profissional e

superior enfrentam na região o grande desafio de ampliar sua cobertura, sem descuidar da qualidade e da pertinência dos serviços educacionais oferecidos.

Em vários países da região, a formação técnica demonstrou ter um potencial interessante para enfrentar esses desafios, com ofertas flexíveis que se adaptam às novas demandas do mercado de trabalho e com ampliações em sua cobertura que permitiram, por exemplo, fechar lacunas geográficas. No entanto, a matrícula nesse nível educacional continua relativamente baixa na maioria dos países, denotando uma generalizada restrição na oferta de serviços educacionais técnicos apesar dos esforços de alguns deles. Segundo estimativas para vários países da região, o ensino técnico-profissional é um dos níveis educacionais com maior persistência intergeracional, ou seja, muitos filhos de pais que tiveram esse tipo de trajetória educacional também a seguem. Parte desta persistência explica-se pela composição setorial e a oferta deste tipo de ensino no local de residência, por fatores ligados à transmissão intergeracional das ocupações e por outros fatores adicionais, como as preferências familiares ou o conhecimento das ofertas educacionais disponíveis. Essas explicações apontam para a existência de espaços para políticas voltadas para a expansão do ensino técnico-profissional na região.

No que diz respeito ao ensino superior, a taxa de graduação é muito baixa na América Latina e no Caribe em relação ao mundo desenvolvido. Apesar de os retornos desse nível educacional serem altos na região, a mobilidade ascendente nesse nível educacional é muito baixa (gráfico 4). Em parte, isso é explicado por um lento crescimento da matrícula entre pessoas de famílias mais pobres. Extensas evidências mostram que por trás disso estão não apenas as menores competências acumuladas durante a passagem pelo ensino fundamental, mas também as restrições financeiras são muito importantes. Adicionalmente, as restrições cognitivo-comportamentais, incluindo a falta de informações claras e oportunas sobre o retorno do investimento no ensino superior e sobre os custos para financiá-lo, atuam como barreiras à mobilidade ascendente neste nível. Um fator adicional que condiciona a mobilidade intergeracional universitária são as disparidades regionais na acessibilidade à oferta deste nível, tipicamente concentrada nas grandes cidades. Nas últimas décadas e em alguns países foram fechadas as lacunas regionais de acesso devido à ampliação dos campi universitários nas cidades do interior.

Diante desse cenário, a região enfrenta o sério desafio de expandir as coberturas de seus sistemas de ensino superior, mantendo ou melhorando a qualidade e pertinência de seus serviços. A experiência dos países que aumentaram notavelmente a matrícula universitária, seja com maior acesso a financiamento, seja com novas ofertas (em termos de currículo ou distribuição geográfica), deixa interessantes aprendizados. Em particular, nem toda essa expansão resultou em opções com retornos educacionais positivos em termos líquidos; ou seja, em muitos casos, os custos dos investimentos superaram os ganhos salariais. Este resultado alerta para a necessidade de prestar especial atenção ao cumprimento dos padrões de qualidade das novas ofertas do ensino superior e ao estabelecimento de mecanismos reguladores para evitar a cobrança excessiva por parte das novas instituições de ensino.

O papel do bairro na mobilidade do capital humano

O ambiente físico e social pode condicionar a formação de habilidades cognitivas, socioemocionais e físicas, especialmente nas primeiras duas décadas de vida. Como esse ambiente geralmente é compartilhado com os pais, os filhos estão expostos a fatores de natureza semelhante aos vivenciados por seus pais e, por esse mecanismo, é possível que compartilhem o nível ou tipo de habilidades com eles. Enquanto os condicionantes do entorno social operam através do capital social e incluem diferentes tipos de efeitos de pares, o ambiente físico pode limitar ou promover as oportunidades de acumulação de capital humano por meio da qualidade do habitat e do acesso a oportunidades fornecidas pela

infraestrutura e oferta de bens e serviços básicos no bairro. Por sua vez, o ambiente físico e social pode se complementar de forma positiva ou negativa para a formação de habilidades. Por exemplo, frequentar praças, parques ou centros esportivos promove bons hábitos de saúde e desenvolvimento físico integral, e o uso de bibliotecas e centros culturais do bairro pode auxiliar no aprendizado. Interagir socialmente no âmbito deste tipo de espaços seguros e dotados de infraestrutura apropriada para que essas interações sejam produtivas também promove dinâmicas de integração social e facilita a recepção de estímulos que ajudam na formação de competências socioemocionais.

Porém, a segregação de bairros característica da América Latina e do Caribe está associada a situações em que as famílias mais pobres não só compartilham o local de residência com outras famílias de condição socioeconômica semelhante, mas também residem em áreas mais marginalizadas. Essas áreas muitas vezes são desprovidas das condições básicas que caracterizam um hábitat saudável e, além disso, estão longe das oportunidades que as cidades oferecem para permitir o desenvolvimento integral das pessoas. O RED 2022 fornece evidências sobre a importância do bairro ou da cidade de residência na mobilidade do capital humano na América Latina e no Caribe. Por um lado, os municípios que ofereciam maiores possibilidades de mobilidade ascendente absoluta há muitas décadas são praticamente os mesmos que hoje também oferecem essas possibilidades. Esta persistência de base geográfica é muito maior em alguns países da região. Por outro lado, resumem evidências empíricas que mostram que existe uma relação causal entre as possibilidades educacionais oferecidas por determinadas cidades e uma maior probabilidade de mobilidade ascendente. A importância da geografia também é ilustrada ao decompor uma medida de desigualdade de oportunidades educacionais para 17 países da região de acordo com as contribuições que as circunstâncias do local de residência impõem às pessoas. Esses resultados indicam que as circunstâncias geográficas contribuem a explicar aproximadamente 25% da desigualdade de oportunidades em anos de estudo concluídos.

Oportunidades de trabalho

A origem familiar é um importante condicionante das decisões e oportunidades individuais de trabalho, fazendo com que o canal de emprego seja outra fonte de reprodução das desigualdades. Por um lado, as famílias determinam características dos indivíduos que são relevantes para o desempenho no trabalho. Além da educação —e do capital humano de forma mais geral— as famílias definem outros atributos, como etnia e raça, localização geográfica e localização de sua residência dentro de uma cidade, que afetam as oportunidades e as retribuições oferecidas nos mercados de trabalho. Por outro lado, as famílias influenciam direta e indiretamente decisões de trabalho relevantes, como participar ou não ativamente do mundo do trabalho e, caso decidam participar, nas escolhas ocupacionais, entre elas se trabalhar formal ou informalmente, o tipo específico de ocupação ou o setor de atividade.

O diagnóstico do RED 2022 mostra que na América Latina e no Caribe o status socioeconômico das famílias de origem condiciona a decisão de participar do mercado de trabalho e a probabilidade de estar desempregado. É também fortemente associado com a qualidade do emprego em termos de seu grau de complexidade, a condição de informalidade ou o salário. As diferenças segundo o status socioeconômico das famílias subsistem mesmo quando se comparam trabalhadores de diferentes origens socioeconômicas familiares, mas com o mesmo nível educacional e competências e são particularmente graves para as mulheres. Esses resultados sugerem que, de fato, existem mecanismos próprios do mundo do trabalho que transcendem o papel do capital humano e abrem um espaço para políticas voltadas para melhorar o funcionamento do mercado de trabalho na região em prol de uma maior mobilidade intergeracional.

O papel da família nas recomendações e nas decisões de trabalho

Os mecanismos que relacionam os resultados do trabalho dos indivíduos com o status socioeconômico de suas famílias são diversos. Um muito importante é o das conexões sociais da família do trabalhador. As famílias, através da indicação de trabalho na sua rede de contatos, ajudam a atenuar as dificuldades que trabalhadores e empregadores têm no processo de busca e correspondência no mercado de trabalho, disponibilizando informações relevantes sobre as características do trabalhador e dos empregos. Assim, estas recomendações permitem expandir o conjunto e tipo de oportunidades de trabalho, especialmente para quem tem pais com melhores empregos e com redes de contatos em áreas-chave. Na América Latina, a ajuda familiar é um recurso muito utilizado para a obtenção de empregos, tanto por indivíduos provenientes de famílias desfavorecidas quanto de famílias favorecidas. Isto implica um obstáculo à mobilidade intergeracional, uma vez que as famílias de maior status têm acesso a melhores recomendações e contatos para conseguir empregos.

Um caso extremo da influência que a família exerce sobre o destino profissional dos filhos é que eles trabalham como empregados nas mesmas empresas que empregam ou empregaram seus pais. A pesquisa ECAF 2021 mostra que 7,5% dos assalariados do setor privado trabalham para um empregador para o qual seus pais trabalharam, sem diferenças substanciais de acordo com o status socioeconômico da família.

A herança de negócios é outra via pela qual a família afeta diretamente as opções de trabalho. De acordo com os dados da ECAF 2021, uma alta proporção de pessoas que são donas de negócios alcançou esta condição graças a uma herança, especialmente entre aqueles de contextos mais favorecidos.

A família também condiciona as decisões que os trabalhadores jovens tomam através das informações que possuem e das expectativas que os pais têm sobre o destino profissional de seus filhos. Uma distribuição desigual das informações sobre a qualidade dos diferentes postos de trabalho e o potencial futuro das ocupações pode também constituir um mecanismo de transmissão intergeracional da desigualdade.

Discriminação baseada na etnia e raça no mercado de trabalho

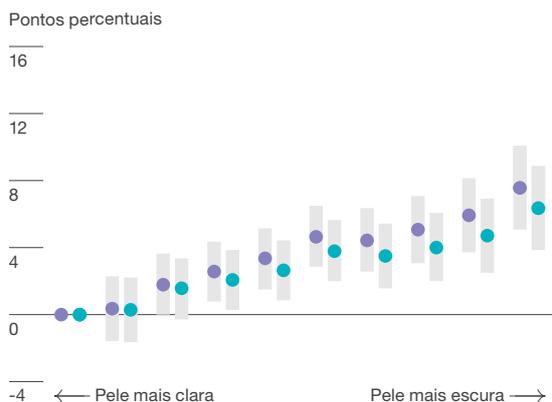
A etnia e a raça são atributos que se transmitem entre gerações e, portanto, a discriminação no trabalho baseada nessas características constitui um dos mecanismos pelos quais o mercado de trabalho incide na mobilidade intergeracional. A discriminação no trabalho ocorre quando existem diferenças nos resultados do trabalho que não se devem a disparidades nas características produtivas dos trabalhadores.

A discriminação pode ter origem nas preferências discriminatórias do empregador, dos colegas de trabalho ou dos clientes da empresa, ou estar enraizada no que se denomina de “discriminação estatística”. Isto ocorre, por exemplo, quando, por razões ligadas a desvantagens históricas, os trabalhadores de determinada etnia têm uma menor produtividade e, na falta de melhores informações, um empregador estima ou imputa baixa produtividade a todos os trabalhadores do mesmo grupo. A discriminação contra determinados grupos também pode ocorrer em fases mais precoces da vida, por exemplo, na educação formal, fazendo com que trabalhadores de diferentes etnias ou raças cheguem à idade de ingresso no mundo do trabalho com diferente potencial produtivo devido aos níveis mais baixos de capital humano. Essas desvantagens poderiam ser reforçadas gerando menores incentivos para melhorar as capacidades produtivas durante a etapa de educação formal, já que posteriormente seus esforços não serão valorizados da mesma forma no mercado de trabalho.

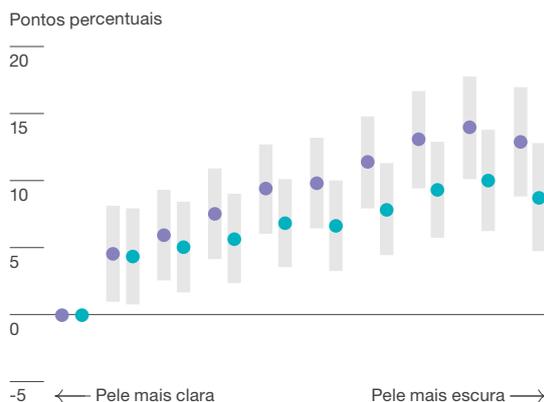
Gráfico 17

Lacunas nos resultados de trabalho pela cor da pele

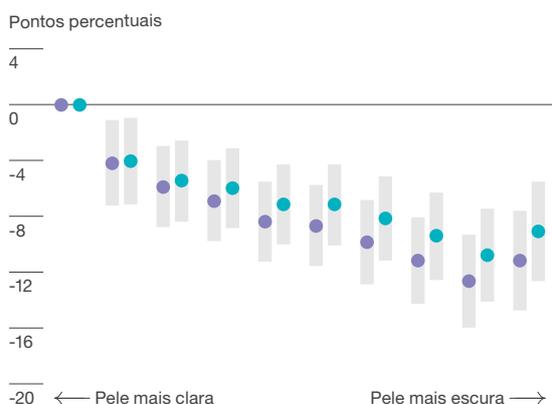
Painel A. Desemprego



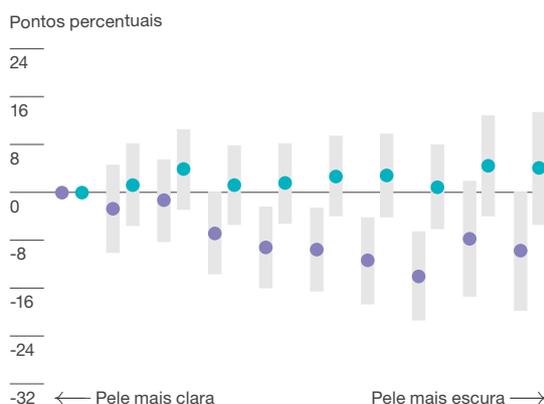
Painel B. Autônomos



Painel C. Gerente ou dono de negócio



Painel D. Profissional



- Controles básicos
- Controles básicos + educação

Nota: Os coeficientes são resultado de uma regressão por mínimos quadrados ordinários, onde a variável dependente é uma variável binária que indica, segundo o painel, se o indivíduo está desempregado, é autônomo (sem incluir profissionais), gerente ou dono de negócio e profissional. As variáveis independentes são um conjunto de variáveis binárias que identificam a cor de pele do indivíduo. A cor da pele mais clara é a variável omitida na regressão. Os intervalos de confiança são de 95%. Os controles básicos são variáveis binárias de gênero, idade, país e ano, enquanto o segundo conjunto de controles adiciona ao primeiro variáveis binárias de educação do indivíduo. Os anos da amostra são 2010, 2012, 2014, 2016, 2017, 2018 e 2019 e os países, Bahamas, Barbados, Belize, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago e Uruguai.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Barômetro das Américas do LAPOP (www.LapopSurveys.org).

As evidências do relatório mostram que os mercados de trabalho contribuem para a reprodução intergeracional das desvantagens históricas sofridas pelos grupos afrodescendentes e indígenas da região. Essa contribuição é explicada tanto pela discriminação de trabalho quanto pela maior presença de

afrodescendentes e indígenas em setores e tipos de empresa com menor produtividade. Parte dessas evidências vem da análise dos dados da pesquisa Barômetro das Américas, que realiza o Projeto de Opinião Pública de América Latina (LAPOP). O relatório analisa como os resultados de emprego diferem de acordo com a cor da pele das pessoas entrevistadas em 21 países da América Latina e do Caribe (gráfico 17). Os resultados sugerem que, em média, quanto mais escura é a cor da pele, maior é a probabilidade de estar desempregado e de ser trabalhador autônomo, e menor a probabilidade de ocupar cargos de gerência ou ser dono de uma empresa e alcançar cargos de profissionais ou técnicos. Ao comparar pessoas com níveis educacionais semelhantes, algumas dessas lacunas são reduzidas. Isso é consistente com as evidências coletadas no relatório que indicam que parte das lacunas de emprego com base na etnia e na raça decorrem de lacunas educacionais devido a esses mesmos rasgos de identidade. Além disso, esta literatura também indica que na região diferentes formas de discriminação explicam as lacunas que subsistem ao comparar pessoas com escolaridade semelhante.

Persistência intergeracional da localização geográfica e resultados do trabalho

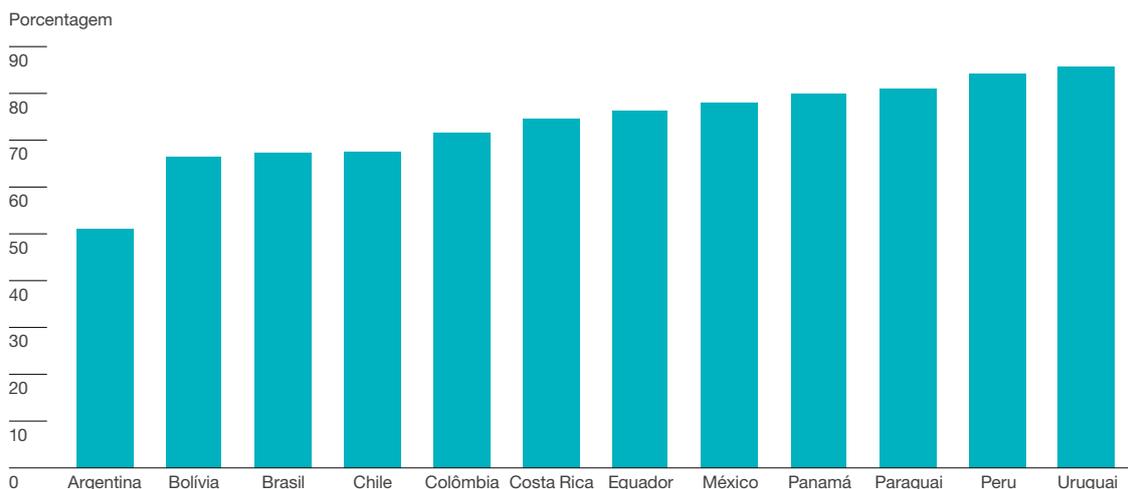
Num mundo onde existem enormes diferenças de produtividade e emprego entre bairros, cidades e regiões, a localização geográfica dos pais condiciona as oportunidades de trabalho dos filhos. Para que a geografia desempenhe efetivamente um papel na persistência de oportunidades de trabalho entre as gerações, deve haver um certo grau de persistência na localização entre pais e filhos e diferenças de oportunidades econômicas entre as localizações. Este mecanismo de transmissão da desigualdade é de primeira ordem na América Latina e no Caribe, pois ambas as características estão presentes de forma muito marcante na região.

Com base nos dados oficiais de censos de seis países da região, o relatório mostra que, em média, pouco mais da metade dos adultos de 18 a 65 anos residem no mesmo município, departamento ou localidade onde nasceram. Nas grandes cidades esses valores costumam ser ainda maiores. A maioria dos adultos nesses países está nos mesmos mercados de trabalho que estavam seus pais. Por sua vez, as diferenças salariais entre as áreas rurais e urbanas são, em média, da ordem de 40%. As diferenças são ainda maiores entre as cidades de menor e maior produtividade, como mostra o gráfico 18. A magnitude das disparidades salariais entre essas cidades se mantém mesmo quando se comparam trabalhadores com características semelhantes empregados em empresas também semelhantes. Em geral, as diferenças de custo de vida entre regiões ou entre cidades não chegam a compensar essas diferenças salariais.

A localização dentro das cidades constitui um mecanismo adicional de reprodução das desigualdades. De forma análoga à persistência intergeracional entre cidades, boa parte das novas gerações mora no mesmo bairro em que moravam seus pais. É o que afirmam 45% dos entrevistados na ECAF 2016, 34% até moram na mesma casa que os pais. Essa persistência na localização é fundamental no processo de reprodução das desigualdades nas cidades da América Latina e do Caribe, já que os empregos formais costumam estar altamente concentrados num ou poucos bairros. Assim, as distâncias até o local de trabalho são muito diferentes dependendo da área da cidade onde se situa o local de residência. Mesmo quando as pessoas não moram exatamente no mesmo bairro que seus pais, a herança de riqueza — que é muito desigual em níveis e tipos de ativos para grupos de diferente nível socioeconômico — também condiciona as possibilidades das novas gerações de morar em áreas da cidade mais próximas aos empregos formais. Essa distribuição espacial dos empregos e residências, unida aos déficits de mobilidade urbana e habitacional na região, fazem com que as oportunidades de acesso a empregos de qualidade sejam menores para os trabalhadores das periferias das grandes cidades.

Gráfico 18

Diferenças salariais entre cidades de menor e maior salário



Nota: As diferenças salariais relatadas são obtidas com uma regressão estimada por mínimos quadrados ordinários com o salário-hora como variável dependente e variáveis binárias da cidade como variáveis independentes. A diferença reflete o quociente entre a média do salário-hora das três cidades com menor salário e a média do salário-hora das três cidades com maior salário em cada país. Todas as diferenças salariais relatadas são estatisticamente significativas a 1%. Os dados correspondem a 2019, exceto para Bolívia e México, que são de 2014 e 2018, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEDLAS (2020).

Proteção desigual contra os choques de emprego adversos

Os mercados de trabalho contemporâneos são caracterizados por um enorme dinamismo. A soma dos empregos criados e destruídos num ano para a média de cinco dos maiores países da região equivale a 30% dos empregos formais existentes, magnitude 5 pontos superior à média dos países da OCDE. Enquanto uma parte do dinamismo se deve ao funcionamento normal do processo de busca e correspondência, outra parte está associada a choques experimentados por empresas específicas, setores específicos ou mesmo economias como um todo, que alteram a demanda de trabalho.

Trabalhadores de contextos familiares mais desfavorecidos não só enfrentam piores oportunidades de trabalho do que aqueles de famílias favorecidas, mas também estão mais desprotegidos contra os riscos de perda de emprego. A debilidade dos mecanismos de proteção social na região e a reduzida capacidade de suas famílias de dispor de poupanças para amortecer as consequências desses choques colocam esses trabalhadores em posições ainda mais desvantajosas. Na América Latina e no Caribe esses grupos mostraram uma exposição particularmente acentuada aos efeitos negativos da mudança tecnológica e foram, por exemplo, muito mais afetados do que o resto da população pelas consequências econômicas da pandemia de COVID-19 e das múltiplas crises macroeconômicas das últimas décadas.

Acumulação de riqueza

Quando duas pessoas têm competências semelhantes e realizam esforços semelhantes, espera-se que, em condições de igualdade de oportunidades, alcancem níveis semelhantes de riqueza e bem-estar ao longo de suas vidas. No entanto, a riqueza dos pais geralmente tem uma influência muito importante na riqueza e no bem-estar dos filhos. Embora parte dessa persistência decorra da persistência educacional e das oportunidades de trabalho, existem mecanismos adicionais relevantes que fazem da transmissão intergeracional da riqueza outro canal importante na reprodução da desigualdade.

Os níveis de desigualdade de riqueza têm sido pouco explorados na região, em parte devido à falta de informações disponíveis para caracterizar o tipo de ativos detidos pelas famílias, bem como a sua avaliação. O RED 2022 proporciona uma caracterização mais detalhada da riqueza e do conhecimento e uso de instrumentos financeiros de famílias de diferentes níveis socioeconômicos em alguns países da região. Esta caracterização permite uma melhor compreensão dos mecanismos subjacentes à persistência intergeracional da riqueza.

Essa radiografia mostra que a concentração de riqueza é alta na região e maior que a de renda. Certos ativos, como os financeiros, estão mais concentrados do que os reais. Destaca-se no diagnóstico do relatório que não apenas os níveis de riqueza variam entre grupos de diferente nível socioeconômico, mas também a composição do portfólio de ativos muda. Para o grosso da população, a habitação é claramente o ativo mais importante como porcentagem da riqueza total, exceto para os mais pobres, cujo acesso à casa própria é cada vez mais difícil. Entre os mais ricos, a importância da habitação também é alta, mas sua incidência é reduzida em relação aos grupos de classe média, aumentando a participação de ativos financeiros mais sofisticados. Entre os grupos mais pobres de alguns países, os ativos financeiros também aumentam sua participação na riqueza total, mas são compostos principalmente por ativos líquidos (como dinheiro ou depósitos). O ativo relacionado à propriedade de negócios tem maior incidência entre os mais ricos e em alguns países também representa uma proporção maior que a média entre os estratos mais baixos, possivelmente pela importância dos microestabelecimentos.

Em relação à habitação, uma diferença relevante entre as casas de maior e menor riqueza é, além de sua qualidade, a formalidade de posse, que é bem maior entre as primeiras. Isso pode determinar quão fungíveis são na prática esses tipos de ativos. Por fim, o conhecimento financeiro está correlacionado com o gradiente socioeconômico observado no uso de instrumentos financeiros na região, embora haja um atraso geral em relação às economias mais avançadas, em grande parte devido a mercados financeiros menos desenvolvidos.

Heranças

O mecanismo mais direto que conecta a riqueza de pais e filhos é a herança. Como a riqueza é distribuída de forma muito desigual, este mecanismo é fundamental para a perpetuação das desigualdades intergeracionais. Como em outras partes do mundo, deixar uma herança é um fenômeno comum na América Latina e no Caribe. De acordo com os dados da ECAF 2021, uma alta proporção de proprietários de residências, negócios e outros ativos na região relata ter recebido esses ativos como parte de uma herança e isso não difere em função do nível socioeconômico familiar.

O relatório mostra a importância da herança como mecanismo de persistência intergeracional com base nas novas informações disponíveis na ECAF 2021 sobre a posse de ativos de pais e filhos e heranças. O

gráfico 19 mostra o coeficiente de persistência na posse de ativos, que mede o quanto é mais provável que uma pessoa possua determinado ativo dado que seu pai o possui, em comparação com uma pessoa cujo pai não o possui. A diferença nesta probabilidade situa-se entre 10 e 17 pontos percentuais, segundo o tipo de ativo considerado, quando não se toma em conta se o filho recebeu esse ativo por herança. Essa diferença se reduz –embora continua sendo estatisticamente significativa– uma vez que é controlada pela condição de ter sido herdeiro do ativo. Esse resultado reforça a ideia de que a herança é um mecanismo fundamental da reprodução da desigualdade da riqueza.

O relatório mostra que o papel da herança pode ser ampliado de acordo com algumas características da economia familiar e, por essa via, ser decisiva para a persistência intergeracional da riqueza. Entre esses fatores estão a fecundidade, as uniões e separações conjugais e, no âmbito do casamento, a união entre pessoas com riqueza semelhante.

Gráfico 19

Coeficiente de persistência intergeracional e o papel das heranças



Nota: O gráfico apresenta o coeficiente de persistência da propriedade de uma habitação, negócios e outros ativos (habitação adicional, local comercial ou terra). Os coeficientes “sem controlar” resultam de regressões por mínimos quadrados ordinários separadas por tipo de ativo (habitação, negócio ou outro), onde a variável dependente é uma variável dicotômica que indica se o filho é proprietário do ativo correspondente e a variável independente é uma variável dicotômica que indica se o pai era proprietário de um ativo semelhante, enquanto os coeficientes “controlando por condição de herdeiro” incluem adicionalmente uma variável que indica se o filho herdou a propriedade em questão. “Propriedade de habitação” indica se o indivíduo respondeu sim ou não quando perguntado se possui esse ativo; “propriedade de negócio” é uma variável que indica se na pergunta de atividade de trabalho respondeu que era patrão ou empregador; “propriedade de outros ativos” é a resposta à pergunta sobre se possuem uma habitação adicional, um local comercial ou terra. As variáveis de herança surgem de perguntas diretas sobre se a propriedade dos ativos foi herdada. Todas as regressões incluem como controles básicos o gênero e grupo de idade (menor de 40, entre 40 e 50 e maior de 50) do filho, país, estado civil, nível educacional mais alto alcançado pelo pai e filho e se o filho contribui para a segurança social (tem emprego formal). Para realizar as estimativas foram considerados somente indivíduos de mais de 30 anos em Assunção, Bogotá, Buenos Aires, Cidade do México, Lima, Montevideú, Panamá, Quito e São Paulo.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ECAF 2021 (CAF, 2022).

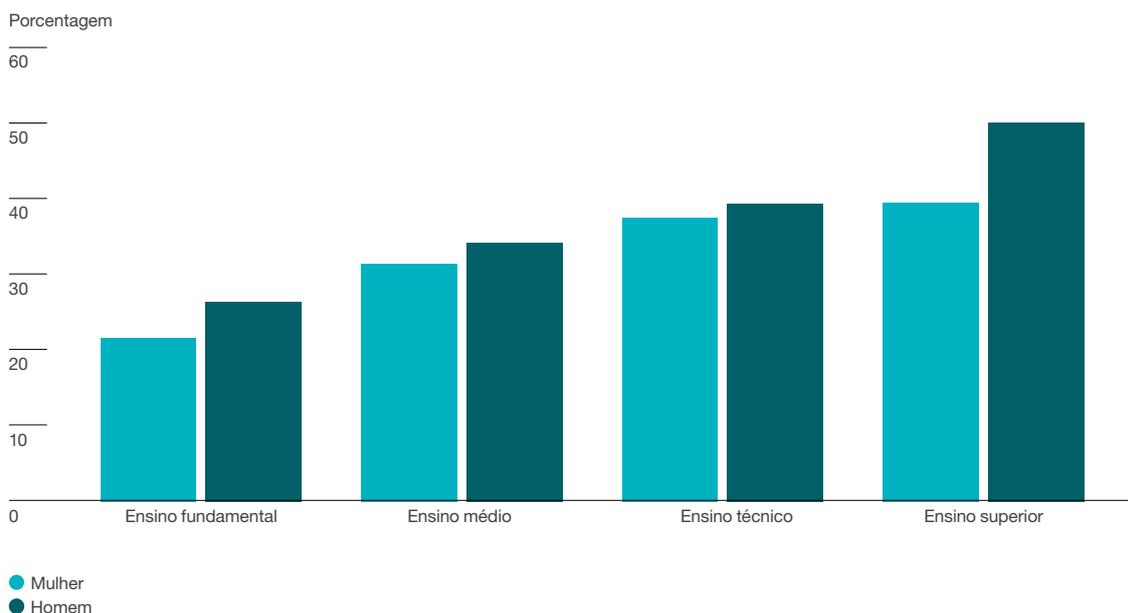
Transferência de conhecimentos, valores e aptidões financeiras

Certas características dos pais podem influenciar nas condutas e aptidões financeiras dos filhos (por exemplo, na valorização da poupança, o nível de conhecimento e de sofisticação financeiros), bem como nas particularidades dos seus portfólios de investimento (como o retorno, a liquidez e o risco). De acordo com as evidências internacionais, a falta de conhecimento pode ser uma das causas centrais da desigualdade na distribuição da riqueza.

O conhecimento financeiro é muito baixo na região e apresenta um claro gradiente socioeconômico. Além disso, geralmente é menor entre as mulheres do que entre os homens. Isso está documentado no relatório baseado nas pesquisas de medição de capacidades financeiras da CAF. A defasagem das mulheres é particularmente relevante do ponto de vista da persistência intergeracional devido à incidência das famílias monoparentais em que a mulher é a chefe de família. Além do conhecimento financeiro, também existem evidências de que certos traços da personalidade que afetam as decisões relacionadas à acumulação de ativos, como a predisposição ao risco, são transmitidos de pais para filhos, abrindo assim mais um canal de transmissão das desigualdades na acumulação de riqueza.

Gráfico 20

Porcentagem de pessoas com bons conhecimentos financeiros segundo o gênero e nível educacional



Nota: O gráfico apresenta a proporção de pessoas que respondem corretamente pelo menos 5 de 7 perguntas formuladas para medir o conhecimento sobre os conceitos de inflação (2 perguntas), diversificação (2 perguntas) e taxa de juros (3 perguntas), controlando por escolaridade e por gênero. As informações correspondem à média simples de sete países da região nos anos mais recentes disponíveis na pesquisa de medição de capacidades financeiras da CAF: Argentina (2017), Bolívia (2013), Chile (2016), Colômbia (2019), Equador (2013), Paraguai (2017) e Peru (2019).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de medição de capacidades financeiras da CAF (CAF, 2019).

Falta de acesso ao crédito

Os problemas de acesso ao financiamento, em geral, e as falhas no funcionamento do mercado de crédito imobiliário, em particular, são outras causas que aumentam a dependência da riqueza familiar da região para acumular ativos. As evidências apresentadas no relatório mostram que, nas regiões dentro de países e cidades onde há maior penetração de crédito, os coeficientes de persistência intergeracional na posse de habitação são mais baixos, indicando uma maior mobilidade intergeracional de riqueza. Em outras palavras, as imperfeições no funcionamento dos mercados de crédito na América Latina e no Caribe os impede de atuar como fonte de oportunidades para aqueles que vêm de contextos mais desfavorecidos.

Vulnerabilidades e ausência de proteção

A exposição a choques decorrentes de desastres naturais, doenças e instabilidade macroeconômica pode afetar a acumulação de ativos e, em alguns casos, levar a situações de pobreza. A instabilidade macroeconômica foi frequente na região, mas o peso dos desastres naturais como fator que aumenta a desigualdade pode se tornar uma preocupação central no futuro. A América Latina e o Caribe é uma das regiões mais propensas a desastres naturais e se espera que, com os efeitos das mudanças climáticas, eles se tornem mais frequentes e graves. Os choques de saúde também representam um risco financeiro significativo para as famílias da região. As famílias pobres são mais vulneráveis a todos esses choques, tanto por estar mais expostas quanto por carecer ou ter acesso parcial a mecanismos de proteção. Além disso, como mostra o relatório, parte dessa maior vulnerabilidade tem origem justamente no nível e na composição de seus ativos.

A vulnerabilidade a esses riscos tem implicações para a persistência intergeracional do bem-estar. Sofrer choques pode afetar as transferências entre pais e filhos, reduzindo, por exemplo, os valores das heranças, e mesmo alterando a direção das transferências em vida, sendo os filhos que ajudam os pais, reduzindo assim sua capacidade de poupança. As evidências apresentadas no relatório mostram que um pior estado de saúde dos pais está associado a um aumento substancial na probabilidade de que os filhos façam transferências monetárias e de tempo —através dos cuidados— para seus pais. Além disso, e reforçando este canal, observa-se frequentemente uma persistência intergeracional nas vulnerabilidades face a esses choques (como a persistência das condições de saúde e do acesso a seguros de saúde), muitas vezes com origem numa inércia na condição de informalidade de trabalho.

Más oportunidades para uma maior mobilidade social

A falta de oportunidades para formar capital humano, obter bons empregos no mercado de trabalho e acumular ativos são fatores-chave para a reprodução das desigualdades. O relatório apresenta evidências abundantes de que na América Latina e no Caribe as oportunidades nessas três áreas são distribuídas de forma muito desigual entre pessoas de famílias de diferentes níveis socioeconômicos. Assim, as políticas voltadas para a equalização das oportunidades nessas três áreas são fundamentais para aumentar as perspectivas de mobilidade das novas gerações. O diagnóstico do relatório também

mostra que um maior foco das políticas em grupos sistematicamente desvantajosos, como os nascidos em famílias mais desfavorecidas, os residentes em regiões do país ou áreas das cidades mais atrasadas, as mulheres, e os afrodescendentes e indígenas, é fundamental para superar as barreiras que esses grupos enfrentam para alcançar um maior progresso social.

Nivelando as condições iniciais

Existe um amplo espectro de políticas que podem contribuir para a redução das desigualdades no processo de formação de competências. Esse menu de políticas pode se agrupar em três categorias: as intervenções que afetam a criação dos filhos dentro de casa, aquelas que afetam a formação do capital humano fora de casa e as que fornecem a segurança adequada para proteger os investimentos que as famílias fazem dentro e fora de casa.

Continuar melhorando a oferta de educação formal é central para uma agenda de políticas que busca promover a mobilidade social. A região precisa de melhorias tanto na cobertura quanto na qualidade e a pertinência do ensino fundamental, técnico-profissional e superior. Mas, entre aquelas políticas que podem dar um maior impulso à mobilidade intergeracional, encontram-se também as tendentes a aliviar as principais restrições que limitam os investimentos dentro de casa em crianças e adolescentes e que compreendem não só as financeiras, mas também as cognitivo-comportamentais e as de segurança.

A visão de que o gradiente dos investimentos não se deve apenas a restrições financeiras é de vital importância para as políticas públicas voltadas para o apoio e acompanhamento das famílias mais vulneráveis no processo da criação, que incluem opções de apoio integral, com alguns componentes de baixo custo. Esses componentes vão além da transferência de recursos monetários às famílias para tirá-las de situações de pobreza, geralmente temporárias. Uma questão que requer atenção especial na região são as práticas de criação, auxiliando as famílias para melhorar não apenas o ambiente dentro de casa, mas também para que os pais implementem práticas simples, mas eficazes, mais cedo do que mais tarde, para a nutrição adequada e a estimulação precoce das crianças.

Dada a relevância do ambiente na formação de capital humano e os altos níveis de segregação espacial na região, as políticas que promovem a mobilidade social devem visar o fortalecimento das condições do ambiente no qual as crianças e os jovens se desenvolvem no dia a dia. Estas incluem uma maior acessibilidade nos bairros mais segregados e desfavorecidos a diferentes equipamentos urbanos que são fundamentais para a acumulação de capital humano ou para liberar esse ambiente dos riscos que impõem choques associados ao conflito, à violência e aos eventos catastróficos relacionados com a natureza.

A região deve continuar também seus esforços para garantir a universalidade dos serviços básicos de saúde, com foco central na saúde materno-infantil. Um conjunto essencial de intervenções inclui consultas pré-natais e pediátricas e políticas de vacinação e nutrição infantil.

Mercado de trabalho que promovem a mobilidade

As políticas para promover maiores oportunidades no mercado de trabalho são diversas. Como diretrizes gerais, devem visar igualar o potencial produtivo dos trabalhadores, tornar mais equitativa a forma como o mercado de trabalho trata a pessoas com características pelas quais sofrem discriminação, e ajudar as pessoas de origem mais desfavorecida a tomar decisões de trabalho mais informadas. Especificamente, o diagnóstico do RED 2022 sugere que concentrar esforços em grupos populacionais como afrodescendentes, indígenas, mulheres de contextos mais vulneráveis e naqueles que moram em áreas segregadas pode ajudar a melhorar as oportunidades de mobilidade ocupacional e de renda. Existe um amplo espectro de políticas e intervenções que cumprem esses objetivos e incluem desde alternativas de baixo custo até aquelas que implicam uma maior alocação de recursos.

Em um primeiro grupo encontram-se as políticas ativas de emprego, que incluem treinamentos, estágios e auxílio à procura de emprego, as quais estão alinhadas com as três grandes diretrizes que devem orientar as políticas de trabalho voltadas para a promoção de uma maior mobilidade. As evidências de seu sucesso sugerem que devem receber mais recursos e focar em populações desfavorecidas, como afrodescendentes, indígenas e moradores em bairros periféricos.

A equalização das oportunidades de trabalho requer, em grande medida, a redução das desigualdades entre regiões. Este objetivo poderá ser alcançado dotando as distintas regiões de infraestrutura urbana básica e de equipamentos para a prestação de serviços de educação, saúde e segurança pública, bem como de transferências sociais. Embora essas intervenções não busquem igualar a produtividade das diversas áreas —o que seria muito caro e nem sempre economicamente rentável—, elas podem ajudar a desenvolver o máximo o potencial produtivo de cada região, garantindo níveis mínimos de bem-estar para toda a população nas dimensões relacionadas com essas infraestruturas. A migração para as áreas mais produtivas também pode ser uma forma de redução das desigualdades e pode se favorecer com intervenções informativas, estágios e habitação acessível.

A altíssima taxa de urbanização da região pressupõe um grande potencial para as políticas que igualem as oportunidades de trabalho entre os bairros das cidades. Isso implica fundamentalmente investimentos em transporte público de massa que diminuam a distância até os empregos, embora o planejamento urbano e as políticas habitacionais também tenham um papel a desempenhar.

Por fim, um maior desenvolvimento da proteção social universal contra o desemprego pode permitir que os trabalhadores e suas famílias se protejam contra choques adversos e dediquem mais tempo à formação e à procura de emprego. A regulamentação de salários e proteção do emprego também podem ser uma ferramenta para melhorar os resultados de trabalho das populações desfavorecidas.

Igualando as oportunidades para diversificar e melhorar a qualidade dos ativos

A partir do diagnóstico sobre a distribuição da riqueza, as diferenças na composição do portfólio e o conhecimento financeiro das famílias de diferentes níveis socioeconômicos e a persistência da riqueza entre pais e filhos na região, surgem cinco ações de políticas para favorecer uma maior mobilidade intergeracional: tributação sobre heranças, desenvolvimento dos mercados de crédito hipotecário,

titularidade de habitação, promoção do conhecimento financeiro e fortalecimento dos esquemas de proteção social.

A região arrecada relativamente pouco com a tributação sobre heranças, o que abre um espaço para explorar alternativas no uso desse instrumento redistributivo. O relatório reconhece que a criação desses impostos é fundamental e enfrenta desafios. Assim, por exemplo, o tratamento fiscal das heranças e das transferências entre vivos deveriam estar alinhados, mas nem sempre é assim. O desalinhamento favorece os mais ricos, que têm excedentes líquidos mais fáceis de avançar no tempo.

O acesso ao financiamento habitacional é muito limitado na região. A sua expansão poderá melhorar a mobilidade intergeracional por diferentes vias, na medida em que esteja focada nos grupos com maiores dificuldades de acesso à habitação, que ajude a melhorar sua qualidade, e que leve em consideração sua localização para melhorar o acesso às oportunidades, aspectos que nem sempre foram atendidos nos esforços realizados na região. Além disso, é importante levar em conta que essas políticas podem implicar numa transferência de renda para os proprietários da habitação através de aumentos de preços. É claro que certos requisitos favorecem mercados de crédito hipotecário mais fortes, como a estabilidade macroeconômica, direitos jurídicos fortes, a qualidade dos sistemas de informação creditícia e processos eficientes de registro de propriedades.

Reduzir a alta incidência de posse informal de habitação entre os grupos mais desfavorecidos também traria benefícios para ampliar as múltiplas dimensões do bem-estar. Os programas de titularidade implicam aumento no investimento em habitação e melhorias na saúde e no mercado de trabalho. Reduzir os custos —monetários e não monetários— dos registros é fundamental para fomentar e manter a formalidade da propriedade ao longo do tempo.

A capacitação financeira junto com a implementação de outras políticas de acesso a serviços financeiros voltadas para os mais vulneráveis são medidas necessárias para reduzir as lacunas significativas que se observam na região em ambas as dimensões.

Por fim, existe um amplo leque de políticas que podem atenuar o impacto dos choques de saúde e que podem contribuir para uma maior mobilidade intergeracional, como a promoção de hábitos saudáveis, a melhoria da cobertura e qualidade dos seguros sociais e o desenvolvimento de políticas de cuidado de longo prazo para idosos.

Relatório de Economia e Desenvolvimento 2022

Desigualdades herdadas. O papel das competências, do emprego e da riqueza nas oportunidades das novas gerações

A elaboração do Relatório de Economia e Desenvolvimento (RED) é de responsabilidade da Direção de Investigações Socioeconômicas da Gerência de Conhecimento da CAF. A edição de conteúdo desta entrega ficou a cargo de Lucila Berniell e Dolores de la Mata, com a assistência de Cristian Bonavida. Ana Gerez foi responsável pela correção de estilo e editorial.

A redação dos capítulos ficou sob a responsabilidade de:

Capítulo 1 Lucila Berniell, Dolores de la Mata e Ernesto Schargrotsky

Capítulo 2 Lucila Berniell e Dolores de la Mata

Capítulo 3 Lucila Berniell e Dolores de la Mata

Capítulo 4 Guillermo Alves

Capítulo 5 Fernando Álvarez

A América Latina e o Caribe é uma das regiões mais desiguais do mundo. Essa alta desigualdade tem raízes muito profundas, que a transformaram num fenômeno inercial que **se transmite de geração em geração**. A outra face desse fenômeno, a baixa mobilidade intergeracional, não está relacionada apenas à equidade, mas também a outros aspectos centrais do desenvolvimento econômico da região, como o crescimento e a estabilidade político-institucional.

Este novo **Relatório de Economia e Desenvolvimento** analisa o problema da persistência da desigualdade a partir de uma nova perspectiva, com um diagnóstico multidimensional da evolução da mobilidade intergeracional ao longo do último século. O **RED 2022** identifica as principais barreiras à mobilidade social que se configuram com base nas desigualdades de origem, entre as quais se destacam as de nível socioeconômico familiar, as étnicas, de gênero e geográficas. Os três canais centrais em que operam essas barreiras são a formação do capital humano, o acesso a empregos de qualidade e as possibilidades de acumulação de ativos. Para reduzir o peso das **desigualdades herdadas**, o relatório propõe um amplo leque de políticas que visam garantir o acesso a melhores **oportunidades para as novas gerações**.